



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----DO DIA 16 DEZEMBRO DE 2016-----

-----**ACTA NÚMERO DEZOITO**-----

----- Aos dezasseis dias do mês de dezembro de dois mil e dezasseis, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal do Concelho de Manteigas nos termos da Lei, sob a presidência do seu Presidente, Senhor Deputado António Manuel de Lemos Santos, coadjuvado pelo Primeiro Secretário, Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso e pela Senhora Segunda Secretária Senhora Deputada Oriana Marina Cleto Abreu Moraes, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- Ponto um: **Período de Intervenção do Público.**-----

----- Ponto dois: **Período de Antes da Ordem do Dia.**-----

----- Ponto dois, um: Apreciação, discussão e votação da Ata da sessão anterior.-----

----- Ponto dois, dois: Conhecimento do expediente recebido e prestação de informações.-----

----- Ponto dois, três: Intervenções dos Senhores Deputados antes da Ordem do Dia.-----

----- Ponto três: **Período da Ordem do dia.**-----

----- Ponto três, um: Conhecimento dos compromissos plurianuais, lançados para o ano de 2017, de acordo com a Lei 8/2012, de 21 de fevereiro.-----

----- Ponto três, dois: Apreciação, discussão e votação da Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos.-----

----- Ponto três, três: Apreciação, discussão e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2017.-----

----- Ponto três, quatro: Apreciação, discussão e votação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Serviço Público de Transporte de Passageiros.-----

----- Ponto três, cinco: Apreciação, discussão e votação das Normas de Execução Orçamental para 2017.-----

----- Ponto três, seis: Apreciação, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017.-----

----- Ponto três, sete: Apreciação, discussão e votação das deliberações a tomar em minuta, para produzir efeitos imediatos, desta sessão.-----

----- Ponto quatro: Apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Ponto cinco: Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.-----

----- Estiveram presentes nesta sessão e assinaram a lista de presenças para além do Senhor Presidente da Mesa, o Senhor Primeiro Secretário, a Senhora Segunda Secretária, os Senhores Deputados Municipais: Luís Miguel Gaspar Matos Soares, Fernanda Isento Pereira Nuno Manuel Matos Soares, José Manuel Novo de Matos, Ana Catarina Félix Vinagre, António Miguel Aldeia Carvalho, Flávio Miguel Tacanho Massano, Alfredo Serra de Carvalho Marcelo,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Odete da Graça Ganilha Almeida, José Manuel Abrantes Lopes, Carlos Manuel Abrantes Ferrão, Joaquim Martins Fonseca Albuquerque, Joaquim Neves Biscaia, Nuno Miguel Fernandes Gonçalves, Paulo Manuel dos Santos Costa e Carlos Manuel Figueiredo Viegas.-----

----- Não se encontravam presentes o Senhor Deputado Manuel José Correia da Silva Carvalhinho e a Senhora Deputada Matilde Rosa Ambrósio Cardoso, que comunicaram previamente a impossibilidade de comparecerem na reunião, tendo cada um justificado as respetivas ausências e pedido a devida substituição, tendo por isso sido convocados o Senhor Deputado Luís Miguel Gaspar Matos Soares e o Senhor Deputado Carlos Manuel Abrantes Ferrão, que compareceram.-----

----- Estiveram também presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Manteigas, José Manuel Custódia Biscaia e os Senhores Vereadores Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, José Manuel Saraiva Cardoso, António José Ascensão Fraga. O Senhor Vereador Paulo Jorge Ribeiro Estrela comunicou a sua ausência por motivos de ordem pessoal-----

Às quinze horas e quinze minutos, o Senhor Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, saudou a Mesa da Assembleia, o órgão executivo, os Senhores Deputados, os colaboradores da Câmara Municipal que se encontravam a prestar apoio a esta sessão e cumprimentou em particular o público que se encontrava presente. -----

-----PONTO 1.DA ORDEM DE TRABALHOS-----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou os munícipes presentes se desejavam intervir neste ponto da ordem de trabalhos. Verificando que não existiam inscrições deu como encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

-----PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----PONTO 2.1-----

-----APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR-----

----- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra informou que tinha chegado à Mesa da Assembleia, uma proposta de correção apresentada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, relativa à sua intervenção na página 758, assim sendo onde se lê: *“Referiu que tinham todos os motivos para defender os interesses de Manteigas, que são muito superiores a outro tipo de interesses.”*, deverá ler-se: *“Referiu que todos nós enquanto eleitos locais temos o direito e o dever de defender os interesses de Manteigas, que são muito superiores a outro tipo de interesses.”* Ainda nessa página, no terceiro parágrafo, onde se lê: *“Isto porque os turistas vêm visitar aquilo que é nosso, mas como a sede fica situada em outro concelho, esse acaba por beneficiar em termos de hotelaria, comércio, entre os setores económicos e Manteigas nada lucra com isso. Neste sentido, reiterou que deviam estar muito atentos”*, deverá ler-se: *“Isto porque os turistas vêm visitar aquilo que é nosso, mas como a sede se ficar situada em outro concelho, esse concelho acabará por beneficiar em termos de hotelaria, comércio, entre outros*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

[Handwritten signatures]

setores económicos e Manteigas nada lucra com isso. Neste sentido, reiterou que devemos estar muito atentos". Na página 787, igualmente na intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, onde se lê: "Inclusivamente nesse mesmo dia havia contentores do lixo e lixo no chão. Indicou que tinha também falado que a Câmara Municipal de Manteigas vai apostar nos percursos pedonais, nas dezasseis rotas e paralelamente a essas rotas vai haver outras rotas marcadas com várias cores", deverá ler-se: "Inclusivamente nesse mesmo dia havia contentores do lixo cheios com lixo no chão. Indicou que tinha também falado que a Câmara Municipal de Manteigas apostou nos percursos pedonais, nas dezasseis rotas e paralelamente a essas rotas há outras rotas marcadas com várias cores". No final desse parágrafo onde se lê: "quando há sinais próprios para sinalizar as rotas", deverá ler-se: "quando há sinalética própria para sinalizar as rotas".-----

O Senhor Presidente da Mesa questionou se mais alguém desejava apresentar propostas de alteração à Ata, verificando a intenção da Senhora Deputada Odete Ganilha em intervir concedeu-lhe a palavra.-----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha cumprimentou todos os presentes, desejando Boas Festas, solicitou uma alteração à Ata, na página 791, na quinta linha, numa intervenção sua, onde se lê: "contudo o que aconteceu é que vários empreiteiros em Manteigas", deverá ler-se: "contudo o que aconteceu é que vários empresários em Manteigas".-----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos solicitou a palavra, cumprimentou todos os presentes, referiu que queria dar os parabéns ao redator da Ata, porque no que dizia respeito às suas intervenções tinha sido efetuado um relato perfeito das mesmas, tendo sido objetivado tudo o que tinha explanado na sessão pretérita.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa referiu que os parabéns deviam ser sobretudo dirigidos à Dra. Ana Catarina do serviço de apoio à Assembleia, que cada vez melhor transcreve para a escrita, a gravação das sessões e questionou se os Senhores Deputados desejavam apresentar mais propostas de correção à Ata número dezassete. Verificando que não havia inscrições para intervir sobre esta matéria, colocou a **Ata número dezassete da Assembleia Municipal de vinte e três de setembro de dois mil e dezasseis** à votação, tendo **tido aprovada por maioria, com duas abstenções**, justificadas pelos Senhores Deputados pelo facto de não terem estado presentes na última sessão da Assembleia Municipal.-----

-----PONTO 2.2-----

-----CONHECIMENTO DO EXPEDIENTE RECEBIDO E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES-----

----- O Senhor Presidente da Mesa informou que tinha sido recebido da **Assembleia Municipal de Bragança** uma missiva sobre as Taxas de Servidão Agrícola a partir de Estradas Nacionais e Regionais. No que concerne a Manteigas não tinha conhecimento que tal problema se verificasse, mas sendo tais taxas elevadíssimas a Assembleia Municipal de Bragança apreciou, protestou propondo que fosse aprovada uma Moção no sentido da revogação das normas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

relativas a estas taxas. Aludiu que tal documento ficava à disposição dos Senhores Deputados para consulta.-----

Comunicou que foi remetida uma Moção apresentada na Assembleia Municipal de Tavira pelos eleitos da **Coligação Democrática Unitária (CDU)**, sobre a seguinte temática: *“só com outra política será possível combater o flagelo dos fogos florestais.”* Explanou que nesse documento eram tecidas uma série de considerações, que muitas das quais ele também já tinha explanado e defendido sem grande êxito, mas que eram muito coincidentes com a questão do Ordenamento do Território, das redes primárias e das redes secundárias que têm de ser feitas. Aludiu que caso os Senhores Deputados desejassem aprofundar este tema teriam o documento à sua disposição. Fez alusão que na sessão da Assembleia de vinte e três de setembro, o Senhor Deputado Nuno Soares tinha sugerido que nesta sessão houvesse uma apreciação dos trabalhos desenvolvidos pelas diversas Comissões, uma vez que no início deste mandato tinham sido eleitos os representantes da Assembleia para integrarem as mesmas e até à data muitos deles não tinham ainda prestado qualquer informação do trabalho desenvolvido por esses organismos, ao longo destes três anos. Informou que dada a complexidade da Ordem de Trabalhos desta sessão, esse tema poderia ficar agendado para a próxima reunião da Assembleia Municipal.-----

Recordou que na última sessão tinha sido também acordado que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal iria elaborar um ofício para ser remetido à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), sobre os Fundos Comunitários. Informou que tal ofício foi redigido e enviado para essa entidade, tendo sido dado conhecimento prévio do mesmo aos Senhores Presidente e Vice-Presidente da Câmara. Em seguida leu o ofício remetido à CCDRC, que de imediato se reproduz:-----

“Assunto: Ações de apoio à reabilitação urbana – Discriminação positiva dos aglomerados urbanos mais populosos em detrimento dos concelhos com menos população.

Na sessão ordinária da Assembleia Municipal de Manteigas do passado dia 23 de setembro foram os Senhores Deputados Municipais por mim informados das conclusões que tive oportunidade de retirar dos trabalhos do seminário “Portugal 2020: Os Fundos Comunitários e as Autarquias Locais”. Foi nomeadamente dito que se encontravam, de uma forma geral, muito atrasadas as execuções por parte das autarquias locais das “Ações de apoio à reabilitação urbana” o que vinha confirmar informações anteriores à Assembleia Municipal do Senhor Presidente da Câmara de Manteigas nesse sentido. Por outro lado transmiti que a partir de tal seminário e das afirmações produzidas pelo Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, era minha convicção que todo o processo de apreciação e aprovação de candidaturas das Câmaras Municipais seria acelerado e não mais haveria razões para justificações perante as Assembleias Municipais dos atrasos do POR Centro na aprovação de candidaturas.

Na ocasião o Senhor Presidente da Câmara Municipal teve oportunidade de se lamentar que para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

os projetos que tem em carteira apenas terão sido afetados 441.852,35€, quando qualquer pequena cidade vizinha pode candidatar projetos até 15.000.000,00€. Na região Centro o facto do coeficiente populacional ter um peso de 80% quando no Alentejo e Norte se situa entre os 40% e 50%, provoca esta enorme diferenciação de distribuição de verbas. Por outro lado, o facto de tais verbas se destinarem apenas às sedes de concelho, mas a população a considerar ser a do concelho no seu todo, mais agrava a situação de desigualdade dos pequenos concelhos, por a dotação global se revelar insuficiente por ter de atender a tais anacronismos. Concelhos de menor dimensão embora com sedes de concelho com população idêntica são gravemente prejudicados, quando poderiam revelar a mesma capacidade de atração ou até a mais-valia de atraírem população fora do concelho e não das freguesias, quando além das ações de reabilitação urbana soubesse valorizar, por exemplo, o seu património natural.

Perante tamanha desproporção de verbas disponíveis, a Assembleia incumbiu-me de manifestar a V. Exa. o lamento, traduzido num protesto generalizado de todas as bancadas, perante tal discriminação negativa dos pequenos concelhos. Estes, já afetados por um crescente despovoamento, maior dificuldade terão em reverter a situação, ao não poderem criar suficientes atrativos, na área da reabilitação urbana, capazes de inverter o decréscimo populacional. Configura uma tal orientação, uma hipotética decisão da União Europeia de que os países que maiores taxas de recessão demográfica apresentassem, seriam os menos beneficiados com os fundos estruturais, o que seria, como se compreenderá, totalmente inaceitável.

Foi também referido que apenas no POR Centro e não nos outros PO Regionais, as áreas de Reabilitação Urbana apenas podem ser criadas na sede do concelho e não nas freguesias rurais o que pode contribuir para uma menor coesão e um maior despovoamento dessas freguesias. Uma tal norma originou igualmente o protesto dos membros da assembleia em especial dos Senhores Presidentes de Junta.

Na expectativa de que até final do período de execução do POR Centro 2020 se possam reverter tais normas e assim abrir janelas de oportunidades, nomeadamente para quem maior dinâmica revelar nestas ações de reabilitação urbana, apresento os meus cumprimentos, também pessoais.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

António Manuel de Lemos Santos”

O Senhor Presidente da Mesa comunicou que em resposta a este ofício, a CCDRC remeteu uma missiva, que em seguida se transcreve:

“Assunto: Ações de apoio à reabilitação urbana

No dia 04/10/2016 recebemos o of. Com a ref. BC-AM/167, de 30/09/2016 e, tendo em conta o que nele se refere, gostaríamos de esclarecer o seguinte:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

1. *Refere o of. Em causa que “era minha convicção que todo o processo de apreciação de candidaturas das Câmaras Municipais seria acelerado e não mais haveria razões para justificações perante as Assembleias Municipais dos atrasos do POR Centro na aprovação de candidaturas”. Tendo em conta que se trata de candidaturas no domínio das “Ações de apoio à reabilitação urbana” gostaríamos de informar que se encontra aberto (desde o dia 31/5/2016) um aviso para os Municípios apresentarem as suas candidaturas. Acontece que o Município de Manteigas não submeteu (até à data de 21/11/16) nenhuma candidatura. Informamos ainda que estamos a demorar cerca de um mês entre o momento em que a candidatura é submetida e a aprovação da mesma (por exemplo, uma candidatura do Município de Arganil foi submetida a 29/7/16 e foi aprovada a 16/8/16). Assim, no caso do Município de Manteigas não há atraso porque não há sequer candidaturas (neste domínio de “ações de apoio à reabilitação urbana”).*
2. *De igual modo refere o of. Que nos remeteu que “Na ocasião o Senhor presidente da Câmara Municipal teve oportunidade de se lamentar que para os projetos que tem em carteira apenas terão sido afetados 441.822,53€.”. Em primeiro lugar uma precisão: o montante em causa é de 449.449,53€; em segundo lugar, e dado que, para efeitos comparativos, estamos a falar de montantes FEDER, na situação de “qualquer pequena cidade vizinha”, com co-financiamento FEDER até 15.000.000€, encontramos apenas duas cidades: Coimbra (com 18.000.000€) e Leiria (com 15.000.000€). Aliás, gostaríamos de lhe dar conta de que o montante FEDER por habitante concelhio (valores dos Censos de 2011) é superior em Manteigas do que no caso dos Municípios das duas cidades referidas.*
3. *Em relação à referência de que há uma discriminação negativa dos pequenos concelhos e que tal configura “uma hipotética decisão da União Europeia de que os países que maiores taxas demográficas apresentassem, seriam os menos beneficiados com os fundos estruturais, o que seria, como se compreenderá, totalmente inaceitável”, gostaríamos de lhe dar conta de que a parte do PO Regional Centro afeta às “Ações de apoio à reabilitação urbana” representa apenas cerca de 13% da dotação global do mesmo (portanto, assumir que esta pequena parcela do POR Centro é fonte, por si só, de discriminação – positiva ou negativa – é algo que nos parece excessivo).*
4. *Finalmente e em relação à afirmação de “que apenas no POR Centro (...), as Áreas de Reabilitação Urbana apenas podem ser criadas nas sedes do concelho e não nas freguesias rurais (...)”, gostaríamos de referir que o POR Centro não impediu, não impede e não impedirá a delimitação de ARU, pois trata-se de uma competência dos órgãos autárquicos de acordo com a legislação em vigor (Decreto-lei n.º 307/2009, de 23/10 e Lei n.º 32/2012, de 14/8).*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Aproveito para lhe dar conta da total disponibilidade para qualquer esclarecimento a qualquer dúvida que possa restar sobre estas temáticas.

Com os meus melhores cumprimentos,

A Presidente da Comissão Diretiva

Prof.ª Doutora Ana Abrunhosa”

O Senhor Presidente da Mesa dando continuidade a este ponto da Ordem de Trabalhos, deu conhecimento à Assembleia Municipal que esteve presente na **Apresentação do Programa de Coesão do Território para o Interior** na Comunidade Intermunicipal, na Covilhã, onde estiveram presentes dois Ministros. Deu nota que que efetivamente a apresentação do programa são cento e sessenta e quatro medidas, ainda muito genéricas, sem suporte orçamental, no entanto todas elas podem vir a constituir alguma esperança de poder inverter esta situação de despovoamento do Interior. Invocou que o Excelentíssimo Senhor Ministro do Ambiente teve a oportunidade de referir que em relação ao Parque Natural do Tejo vai fazer um ensaio piloto, no sentido de ser eleito entre os três Presidentes de Câmara da área desse Parque Natural, um responsável pelo mesmo. Passaria portanto a ser um Presidente de Câmara o responsável por esse Parque Natural.-----

Explanou que na sua opinião considerava ser uma medida acertada, tendo questionado o Senhor Ministro do Ambiente se essa medida não seria depois extensível também à área do Parque Natural da Serra da Estrela e a outros Parques Naturais. Tendo o Senhor Ministro do Ambiente referido que assim aconteceria, embora não ocorresse assim tão depressa, porque pretendem fazer essa experiência piloto no Parque Natural do Tejo e só passado entre seis meses a um ano, após já deterem alguma experiência dessa situação, poderia então ser eleito um Presidente de Câmara como responsável para os outros Parques Naturais. Reiterou que no seu ponto de vista era positivo e algo descentralizante, em relação à situação que se vive atualmente, fez votos de que esta situação funcione no Tejo Internacional e que depois possa ser extensível aos outros Parques Naturais.-----

No que concerne ao Plano de Coesão Territorial aludiu que teve também a oportunidade de transmitir nessa sessão que caso o Estado não tenha uma ação efetiva nestes territórios, agora chamados de baixa densidade, a sua experiência diz-lhe que a situação não se vai alterar e portanto o Estado não se pode demitir disso.-----

Mencionou que esteve também presente na convecção dos **40 anos do Poder Local**, que decorreu em Coimbra com a participação dos Senhores Presidente da República e Primeiro Ministro, no dia doze de dezembro de dois mil e dezasseis. Informou que da sessão de trabalho retirou como conclusões que a descentralização está para vir a muito curto prazo, perante a intervenção do Senhor Primeiro Ministro que prometeu reforçar a descentralização para os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Municípios e para as CIM's e vão passar a ser eleitos os Presidentes das Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional (CCDR). Da intervenção do Senhor Presidente da República concluiu também que vai também promover-se a descentralização dos Municípios para as Freguesias. Aludiu que estes foram os dois pontos essenciais desta sessão.-----

Relativamente ao expediente remetido pela Câmara Municipal fez referência ao **Balanço Hídrico** e questionou se todos os elementos da Assembleia tinham recebido esse documento. Tendo verificado que somente o Senhor Presidente da Mesa o tinha recebido deu conhecimento à Assembleia que o Balanço Hídrico estava explanado de forma bastante explícita, com um gráfico de barras. Referiu que a situação não se alterou relativamente aos consumos de água adquirida, vendida, autoconsumo e perdas, com valores bastante inferiores aos da água adquirida. Verificam-se perdas na rede substanciais que crescem juntamente com os consumos de água, o mês de agosto que é o mês de maior consumo de água também é o mês de maiores perdas e o mês de maior água vendida, contudo esta corresponde a menos de metade da água que é adquirida.-----

Aludiu que os gráficos não denotam alteração tanto em volume como em euros, em relação aos anteriores, que já nos foram presentes a esta Assembleia. Explanou que uma situação semelhante também ocorre nas águas residuais, em que os volumes das águas residuais entregues continuam bastante superiores aos volumes de residuais vendidos e aos volumes de água adquiridos. Indicou que nos meses de julho e de agosto, justificando o que já havia sido dito em anteriores sessões, os volumes entregues aproximam-se dos volumes vendidos, mas nos restantes meses a disparidade é enorme. O facto de não haver uma rede separativa de águas pluviais provoca este excesso de águas residuais entregues e naturalmente também os excessos dos valores em euros, o que determina aqueles valores monstruosos que o Município está a pagar às Águas de Lisboa e Vale do Tejo.-----

O Senhor Presidente da Mesa deu conhecimento que os Correios, Telégrafos e Telefones (CTT) não respondem às missivas remetidas pela Autarquia, para regularizar a situação dos imóveis que lhes foram adquiridos. Informou que o Senhor Vice-Presidente da Câmara tinha feito chegar à Mesa da Assembleia um ofício, onde é referido o que em seguida se passa a citar: *“Relativamente ao assunto em epígrafe, face ao tempo entretanto decorrido desde a última comunicação endereçada via e-mail, datada do dois do corrente mês (ou seja 02 de novembro), reiteramos o pedido de indicação da data ou datas para celebração da escritura de compra e venda.”*. Face ao exposto concluiu que não há ainda a celebração da escritura destes imóveis, por falta de resposta dos CTT.-----

Por último fez referência a uma declaração de voto subscrita por grande parte dos Municípios que compõem às Águas do Zêzere e Côa, em relação à proposta do atual Governo, no sentido de cindir, segundo as palavras do próprio Senhor Ministro, o *“Mastodonte”* que foi criado da empresa de Águas de Lisboa e Vale do Tejo. Mencionou que o Senhor Ministro tinha aludido que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

tamanho da empresa, a sua localização e a sua dispersão no território é de tal modo grande, que não há hipótese de uma gestão correta e como tal pretende-se atomizar essa empresa. Nesse sentido solicitou ao Senhor Primeiro Secretário da Mesa que lesse os elementos essenciais dessa declaração de voto dos Municípios.-----

----- O Senhor Primeiro Secretário da Mesa leu o excerto essencial da Declaração de Voto dos Municípios do Sistema Águas do Zêzere e Côa, que em seguida se transcreve:-----

“Considerando as garantias comunicadas pelo membro do Governo que tutela o sector, nomeadamente:

Que se irão manter os valores de referência que o processo de fusão permitiu com a criação do sistema de Lisboa e Vale do Tejo, com a garantia de que não haverá aumentos extraordinários após os primeiros cinco anos deste novo modelo;

Que continuará a existir o princípio da harmonização tarifária nacional na água e saneamento, promovendo a progressiva aproximação de valores entre os sistemas do litoral e do interior, salvaguardando desta forma os preceitos constitucionais da coesão social e territorial;

Que existirá um programa extraordinário de investimento sustentável para o interior com discriminação positiva no acesso aos diferentes financiamentos comunitários, quer em alta quer em baixa, para permitir elevar os níveis de cobertura, qualidade e eficiência e diminuir o impacto do investimento nas tarifas agora prejudicadas pela diminuição da escala do sistema;

Que este processo de cisão em nada prejudicará os princípios de acordo firmados para a diminuição do contencioso existente e para a normalização das relações comerciais entre os clientes da AZC e os sistemas em alta;

Que, para a diminuição do contencioso, seria um considerável avanço a consagração do princípio da não faturação de saneamento acima dos 80% da água faturada em alta;”

----- O Senhor Presidente da Mesa explicou que tratava-se de uma declaração de voto, em que se abstêm os Municípios da Águas do Zêzere e Côa, relativamente à proposta das Águas de Portugal de cindir a empresa Águas Lisboa e Vale do Tejo em várias empresas e esta empresa seria substituída na nossa região pela empresa das Águas do Vale do Tejo Em seguida questionou o Senhor Presidente da Câmara, se uma tal decisão em nada prejudicará os princípios de acordos firmados para a diminuição de contencioso e se neste processo estão incluídas as verbas que as Águas do Zêzere e Côa teriam deliberado entregar aos Municípios, por força da Covilhã ter saído do Sistema Multimunicipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra esclareceu que estavam a falar de quatro realidades diferentes: das Águas do Zêzere e Côa que já não existe, das Águas de Lisboa e Vale do Tejo que estão a acabar, as Águas do Vale do Tejo que será a futura denominação da empresa e que diz respeito exclusivamente ao saneamento. Relativamente ao Estudo de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Viabilidade Económica e Financeira (EVEF) das águas, indicou que tudo continuará igual. Explicou que o Governo por pressão dos grandes Municípios, desde o Porto a Lisboa, que nunca quiseram ajudar a fixar uma tarifa única, baixando a nossa tarifa e de alguma maneira mantendo a deles ou até aumentando um bocadinho, esses Municípios nunca aceitaram essa situação e fizeram pressão sucessivamente junto do Governo, invocando que os Municípios não tinham sido ouvidos na agregação que houve das Águas do Zêzere e Côa e de todas as outras, bem como consideraram que não foi respeitado o princípio da autonomia dos municípios, pois não foram auscultados convenientemente, tendo o Governo cedido. -----

Desta forma as Águas de Portugal entenderam que os grandes Municípios deveriam ficar com a zona a ocidente do Tejo e nós devíamos ficar com o Tejo. Explicou que a declaração de voto dos Municípios que pertenciam ao Sistema Águas do Zêzere e Côa, exceto Penamacor que entendeu não subscrever essa posição, foi no sentido de não concordar com isto, ao afirmarem que queriam um preço único, que consideram que deve ser nacional e que não está de todo garantido o princípio da harmonização. Aludiu que a harmonização significa que toda a gente em todo o país pagaria exatamente a mesma tarifa relativamente à água e ao saneamento e com esta medida o que acontece é que os grandes Municípios ficam de um lado e os Municípios pequenos ficam de outro.-----

Informou que o Governo diz em contrapartida que durante cinco anos, porventura mais cinco, haverá um fundo de compensação constituído por um lado por dinheiro do Ministério do Ambiente, por outro lado por alguma contribuição dos Municípios ditos grandes e assim manter-se-á uma estrutura de custos relativamente homogénea e os Municípios que integravam o Sistema Águas do Zêzere e Côa não ficam prejudicados durante dez anos, contudo não é garantida a homogeneidade de tarifas, que era o pretendido. Disse que tinham a certeza absoluta que os Municípios grandes vão baixar as tarifas e por isso os Municípios que eram das Águas do Zêzere e Côa fizeram uma abstenção relativamente ao processo, reclamando que pretendiam que continue a haver uma tendência de harmonização de preços, que não fossem aumentados relativamente aos custos no Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF) durante dez anos, além do valor de referência.-----

Referiu que é uma guerra dos grandes Municípios contra os pequenos, que o Governo entendeu levar por diante. O que precedeu foi que os Municípios grandes não quiseram fazer um pagamento ou uma homogeneização de tarifas para pagamento do interior. O Governo diz que paga através de um fundo do Ministério do Ambiente e através de alguma participação dos Municípios grandes. Entretanto já existe através da Associação Nacional de Municípios de Portugal, um novo Decreto-Lei a criar uma nova tarifa para a convergência de tarifário. Disse que vai existir um novo Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF) para o saneamento e salientou que só estavam a falar do saneamento, não teremos aumentos que é uma compensação da parte do Governo e por parte dos Municípios que foram desagregados deste



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

sistema, mas não há garantias que efetivamente haja uma homogeneização tarifária nacional e eventualmente continuaremos a pagar quase o dobro daquilo que se paga relativamente à grande Lisboa, ao grande Porto, a Setúbal e similares.-----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que outra situação diferente é com este processo deixarem de exigir que apenas 80% da água comprada às Águas de Lisboa e Vale do Tejo seja paga em saneamento, assim como também não iam desistir de reclamar que os Municípios do que pertenciam ao Sistema, possam vir a ser ressarcidos entre quinze milhões de euros (15.000.000,00€) e vinte milhões de euros (20.000.000,00€) que foram já despachados há seis ou sete anos pela Ministra do Ambiente, relativamente à saída da Covilhã do Sistema de Águas. Declarou que tinham de aguardar, embora faziam votos que não fossem mais prejudicados do que já foram. Aludiu que o Senhor Presidente das Águas de Portugal também tinha indicado que durante dez anos os Municípios deste Sistema não seriam influenciados negativamente.-----

Referiu que o Decreto-Lei vai sair antes de janeiro de dois mil e dezassete e como não haverá necessidade de fazer a cisão da nova empresa, acreditava que este processo em janeiro entra em vigor formalmente e que o nosso Sistema tenha perdido as chamadas grandes cidades do litoral, o chamado Tejo Ocidental. Afirmou que no imediato não haverá nenhuma alteração relativamente à situação que vínhamos tendo até agora e esperavam que efetivamente se cumpram os dez anos que foram programados e prometidos primeiro pelo Senhor Secretário de Estado e posteriormente pelo Senhor Presidente das Águas de Portugal.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se a questão do pagamento dos tais 80% do saneamento da água comparada já estava confirmada. Sendo que o Senhor Ministro do Ambiente relativamente à água também se referiu a atomização com a criação de agrupamentos de Municípios no sentido de fazerem a exploração em baixa.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara relativamente à questão levantada pelo Senhor Presidente da Mesa, explicou que isso era algo que os Municípios do antigo Sistema das Águas do Zêzere e Côa têm vindo a exigir. Outra questão diferente é a Baixa do Sistema, que é aquilo a que chamam a distribuição da água para as casas das pessoas. Explanou que a água vem dos depósitos que são das Águas do Tejo e a Câmara Municipal é responsável por fazer a entrega aos Municípios. É posição do Ministério, designadamente do Senhor Secretário de Estado, que para haver economia de escala os Municípios até mais ou menos oitenta mil pessoas ou mais se juntem, para que efetivamente todos em conjunto façam uma declaração e homogeneização de tarifário. Isto porque cada Município tem as suas próprias tarifas, uns muito grandes como será o caso do Fundão, da Guarda, depois outros têm tarifas muito pequenas como é o caso de Belmonte e de Manteigas. Indicou que para haver intervenção relativamente às Baixas do Sistema, o Ministério aconselha os Municípios a juntarem-se e a fazer uma empresa Intermunicipal, no sentido de fazer as Baixas do Sistema, porque estas estão todas a ficar velhas. No caso de Manteigas nem tanto, porque foram feitos os esquemas de distribuição há cerca de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

dez anos, mas começa a haver problemas.-----

Declarou que não acreditava que no ano dois mil e dezassete, por razões óbvias, venha acontecer algo neste sentido, nem do lado do Ministério nem do lado dos Municípios, porque é um ano de eleições autárquicas, é um ano em que não há qualquer mexida relativamente às matérias. Ainda assim ficava de pé a filosofia e a mensagem do Ministério para que os Municípios se juntem, no sentido de criarem massa crítica e capacidade de gestão, porque caso contrário qualquer dia não serão capazes de distribuir água com qualidade e de ter dinheiro suficiente para a pagar aos distribuidores.-----

Referiu que o Ministério está a fazer estudos e estava convencido que em dois mil e dezoito deve haver alguma agremiação do Sistema, porque a Baixa é muito cara, as perdas são muitas, os investimentos que têm de ser feitos são muitíssimos, sendo que não estava a falar só de Manteigas, mas de todos os Municípios, porque isto é um problema nacional. Explanou que estavam a falar de intromissões na rede na ordem de 150% a 200%, assim como de perdas que variam entre os 30% e os 60%. Aludiu que no seu ponto de vista a racionalização do processo passa exatamente ou pelos Municípios fazerem uma Baixa do Sistema, mas para isso não pode continuar a haver perdas, sendo que nesse ponto concordava com o Senhor Presidente da Assembleia, que não pode haver perdas entre 30% e 60%, nem pode haver intromissões na rede na ordem dos 300% a 400%, caso contrário ninguém tem dinheiro para fazer estes pagamentos e se a Câmara não quer que isto recaia sobre os consumidores, tem que ser a Autarquia a pagar com Apoio Social, tal como tem vindo a fazer, contudo a ERSAR que é a entidade reguladora começa a apertar e a questionar como é que o Município está a fazer estes apoios e não têm Regulamentos específicos para o efeito. Afirmou que haveriam de encontrar uma solução como sempre se encontrou.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa não havendo mais expediente a tratar deu como encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----PONTO 2.3-----

-----INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS ANTES DA ORDEM DO DIA-----

----- O Senhor Presidente da Mesa deu como aberta as inscrições, verificando a intenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria em intervir concedeu-lhe a palavra.-----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria cumprimentou todos os presentes, disse que tinha duas questões para colocar, sendo que uma delas ia deixar para a próxima sessão em fevereiro, porque vinha no âmbito da sua participação na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. A outra questão prende-se com o projeto da Toponímia, por ser um projeto que já vem dos anteriores mandatos, possui alguma importância e urgência porque localiza e identifica no território um determinado espaço. Referiu que tinha conhecimento que o processo já teve uma primeira fase, em que inclusivamente as Juntas de Freguesias foram chamadas a sugerir topónimos e assim foi feito.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

[Handwritten signatures]

Posteriormente a Comissão de Toponímia também reuniu e julgava que já há trabalho desenvolvido por parte da Comissão, contudo desconhece em que ponto se encontra a outra fase deste processo, uma vez que há ruas que ainda não têm topónimo, outras ruas onde existiam placas antigas foram retiradas e não foram colocadas as novas e isto causa alguma confusão na população. Neste sentido questionou em que fase é que está o processo da Toponímia.-----

----- O Senhor Deputado António Miguel solicitou a palavra cumprimentou todos os presentes, desejou votos de Boas Festas a todos. Disse que ia iniciar a sua intervenção precisamente pelo tema do Natal. Aludiu que a Câmara Municipal de Manteigas ao contrário daquilo que era expectável tem desinvestido cada vez mais nesta época do ano, lamentou que assim seja e na sua opinião Manteigas tem condições ímpares, para nesta época do ano fazer-se um grande investimento de modo a atrair mais turistas. Fez alusão a um *spot* publicitário na *RFM*, que falava nas zonas a visitar no centro do país, era promovido pelo Turismo de Portugal, falava em Óbidos, na Guarda, contudo de Manteigas nunca se fala.-----

Referiu que o jardim da vila nesta época de Natal esteve um bocadinho mais bonito do que nos anos transatos, ainda assim no seu ponto de vista peca por escasso. No que concerne às atividades de Natal para as crianças dos seis aos catorze anos, considerou serem muito pobres. Indicou que no dia dezanove de dezembro estava agendada a atividade “*À descoberta das Famílias Nobres Manteiguenses*”, considerou ser uma iniciativa interessante, embora para crianças com idades compreendidas entre os seis e os catorze anos talvez este tipo de atividade não fosse a mais apelativa. No dia vinte de dezembro estava agendado uma visita à Biblioteca do Fundão, desconhecia até que ponto alguma criança sentir-se-ia motivada a visitar a Biblioteca do Fundão. No dia vinte e um do mesmo mês verifica-se a atividade “*Conhece o teu concelho – Unidade de Cuidados Continuados*”, alegou que embora não seja pai, mas que não sabia se gostaria que um filho seu com seis anos, fosse visitar a Unidade de Cuidados Continuados e presenciasse pessoas a serem alimentadas por uma sonda, colocava em dúvida que isso fosse benéfico para o desenvolvimento de uma criança. Disse que entendia o princípio, contudo na sua opinião talvez tivesse mais sentido que fossem visitar o Lar de Idosos. Sugeriu que as crianças fossem visitar a Aldeia de Cabeça ou a Cidade Natal da Guarda, o que na sua perspectiva seria um atividade bastante mais apelativa para as crianças destas idades, do que este Programa de Férias de Natal.-----

Afirmou que o Festival de Outono foi um fiasco, infelizmente, sendo que dizia isto com muita mágoa porque certamente tinha sido o Agente Económico local que mais investiu e que mais mal investiu nesse evento. Explanou que o certame foi um fiasco porque foi mal organizado, a Câmara Municipal tem obviamente responsabilidades, porque foi quem contratou a empresa para fazer aquele evento, onde tudo funcionou mal, onde nada trabalhou, as dinâmicas foram péssimas. Indicou que o facto de os *stands* na Praça fecharem duas horas depois de abrirem as portas do Pavilhão para os concertos levou à falta de sinergias. Na sua opinião as coisas não devem ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

feitas assim, embora não tenha estado presente no primeiro ano do Festival de Outono, tinha ouvido falar muito bem desse evento e que no primeiro ano tinha sido muito positivo e por isso tinha expectativas. Invocou que o problema é que em Manteigas os eventos acontecem e depois tendem sempre a piorar, o que devia ser precisamente o contrário, disse que o mesmo aconteceu com a Feira Antiga, foi melhorando cerca de dois anos e depois caiu a pique e vai continuar a cair a pique, lamentavelmente. -----

No que concerne aos festivais da Expo-Estrela, afirmou que ainda bem que este mandato está a terminar e que a sua responsabilidade na Comissão da Expo-Estrela também está a terminar, porque uma vez mais sentia-se desrespeitado, porque ainda não tinha acontecido nenhuma reunião sobre a Expo-Estrela e na Vila já toda a gente dizia que vinham os *Quinta do Bill* tocar com a Música Nova e uma orquestra tocar com a Música Velha, portanto considerou que não estava a fazer nada na Comissão da Expo-Estrela. Declarou que já na última reunião em que esteve presente, questionou o que estavam ali a fazer se tudo já estava decidido. -----

Disse que desconhecia quem é o Vereador responsável pela propaganda da Câmara Municipal, mas uma coisa é certa, é que o facebook tem aspetos positivos e negativos e um desses aspetos bom e mau ao mesmo tempo é que as publicações ficam registadas *ad aeternum*, se não forem apagadas. Fez referência que há uns tempos atrás foi feita uma publicação no facebook que prendia-se com o prazo médio de pagamento da Câmara, ou seja a Câmara Municipal vangloriava-se de ter reduzido o prazo médio de pagamento de trezentos e sessenta e sete dias para dez. Indicou que isto efetivamente seria um excelente trabalho se não fosse um logro, porque tinha acontecido precisamente consigo. -----

Explicou que participou na Feira Antiga, onde foram distribuídas senhas aos músicos e a outros participantes com a finalidade de trocarem as mesmas por produtos comercializados nos *stands*, a soma dessas senhas era no valor de trezentos e quarenta euros, que posteriormente os responsáveis pelos stands entregavam na Câmara Municipal para lhes ser restituído o dinheiro. Prosseguiu dizendo que após a Feira ter terminado no domingo, na terça-feira imediatamente a seguir dirigiu-se à Câmara Municipal e entregou aí as senhas, passados dois meses e meio a Câmara Municipal de Manteigas remeteu-lhe a requisição solicitando a emissão da fatura e posteriormente pagou no prazo de dez dias, ou seja o fornecedor, ficou três meses sem o dinheiro. O que é contabilizado para o prazo médio de pagamento são os dias que decorrem desde a emissão da fatura até ao pagamento. Reiterou que isto é simplesmente um logro e como aconteceu consigo também acontece com os outros todos, afirmou que isto é insultar a inteligência de toda a gente. -----

No que diz respeito às obras municipais, mencionou que é com alegria que via finalmente a obra do Posto de Turismo, assim como a da Biblioteca Municipal a avançar. Aludiu que ouviu dizer que irão também arrancar as obras no Centro Cívico e no Pavilhão do Ginásio Desportivo, frisou que são obras importantes e concordava com a execução das mesmas, porque são necessárias, além



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

disso houve ainda aquilo que considerava a obra do mandato, que são as *Janelas da Vila*, que finalmente vão ser concluídas, sendo que seria também de todo pertinente que a envolvente também fosse toda arranjada. Declarou que estas quatro obras embora sejam necessárias têm um pequeno problema, é que nenhuma delas atrai uma única pessoa a Manteigas e nenhuma delas cria um único posto de trabalho no concelho. Explanou que os grandes problemas que existem no concelho prendem-se com a necessidade de atrair pessoas, mantê-las cá e criar postos de trabalho, e destas quatro obras, que vão custar certamente centenas de milhares de euros, nenhuma delas atrai uma única pessoa e nenhuma delas cria um único posto de trabalho, o que é de facto de lamentar. -----

Indicou que uma outra situação que tinha para expor e que lhe é muito cara, dizia respeito a uma situação ocorrida com o Senhor Hugo Miguel Estrela Lopes. Disse que como era de conhecimento este Município tinha um negócio, o *Café Serrano*, que infelizmente não conseguiu levar a bom porto durante muito tempo, contudo o Senhor Hugo Lopes quando criou o seu próprio posto de trabalho concorreu ao Incentivo de Criação de Emprego – Pró-Emprego e solicitou os tais seis mil euros (6.000,00€) de incentivo. Acontece que como não concluiu o tempo mínimo exigido para manter o negócio aberto, teve que devolver o dinheiro que já lhe tinha sido pago. Esclareceu que até este ponto todos estavam de acordo com o procedimento. Posteriormente a Câmara Municipal, muito expedita e atenta, o que considerou ser bom, lamentou é que não aconteça com todos os casos, enviou um carta ao Senhor Hugo Miguel Estrela Lopes, que leu e que em seguida se reproduz:---

“Relativamente ao assunto em epígrafe serve o presente para comunicar a V. Exa. que de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º do regulamento supracitado (alteração publicada em D.R. em 5 de Abril de 2010), encontra-se em situação de incumprimento por violar a seguinte obrigação:

- Criar e manter durante três anos, um posto de trabalho através de contrato a tempo indeterminado e a tempo inteiro (alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º do regulamento);

A situação de incumprimento constitui V. Exa. na obrigação de devolver todos os valores de que beneficiou (até à data foi pago o valor de 3.600,00€), no prazo de 5 dias úteis, ao fim dos quais a Câmara Municipal acionará a caução apresentada nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do artigo 6.º. (n.º 2 do artigo 8.º do regulamento).

Ao abrigo do direito de audiência prévia (art.100º do código de procedimento administrativo), poderá pronunciar-se nos próximos 10 dias úteis sobre esta intenção, podendo consultar o processo no Gabinete Apoio ao Investimento todos os dias úteis no horário de expediente.”

O Senhor Deputado António Miguel prosseguiu a sua intervenção, afirmando que alguém que não conseguiu manter o seu posto de trabalho, certamente que não teria no prazo de cinco dias três mil e seiscentos euros (3.600,00€). Informou que neste contexto o Senhor Hugo Lopes dirigiu-se à Câmara com um ofício, que leu e em seguida se transcreve:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

“No seguimento do V/ ofício n.º CA.05-CMM.1541, de 30/09/2016, venho expor a seguinte proposta:

Dado a conjuntura do país e também do concelho de Manteigas, não foi possível manter o posto de trabalho e conseqüentemente o negócio por mim empreendido. Fiz todos os possíveis para honrar os compromissos, porém, razões de força maior obrigaram-me a desenvolver outro projeto de vida.

Nestas circunstâncias, solicito que me seja facultada a possibilidade de poder devolver o valor já pago (3.600,00€) num plano de pagamento a acordar com V. Ex^{as}.

Agradeço a atenção dispensada na atribuição deste incentivo, contudo, dada a minha situação precária, gostaria que fossem compreensivos para a resolução deste assunto, estando inteiramente disponível e ao vosso dispor.”

Por sua vez a Câmara Municipal responde ao Munícipe com uma missiva, que em seguida se transcreve: -----

“No seguimento da nossa notificação ref.ª CA.05-CMM.1541 de 30/09/2016, respeitante à devolução de verbas por extinção do posto de trabalho e da sua pronúncia em sede de audiência prévia de 06/10/2016, na qual apresenta uma proposta de regularização do processo através de um plano de pagamentos, informa-se V. Exa. que os argumentos apresentados não invertem a decisão que lhe foi comunicada de devolução dos valores de que beneficiou, uma vez que o regulamento não permite tal proposta.

Neste sentido, de acordo com o n.º 2 do artigo 8.º do regulamento referenciado, informa-se V. Exa. que deve proceder à devolução dos valores de que beneficiou, 3.600,00 €, no prazo de 5 dias úteis, ao fim dos quais a Câmara Municipal acionará a caução apresentada nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do regulamento.”

O Senhor Deputado António Miguel referiu que isto prova que a Câmara Municipal ou quem a gere não tem sensibilidade, disse que já tinha lido o Regulamento e assim como o mesmo não prevê que certos agentes económicos locais, recebessem por duas vezes o mesmo incentivo e essa questão foi levada a reunião de Câmara e votada, questionou por que razão numa determinada situação se leva o caso a reunião de Câmara e em outra se toma outro tipo de decisão e as pessoas são tratadas assim.-----

Por último referiu que tinha conhecimento que existiam dois funcionários que colaboram com a Câmara Municipal de Manteigas e que são pagos através da Associação Manteigas Solidária, sendo que lhe foi dito por três sócios desta Associação que a mesma não tem uma Assembleia há mais de três anos, portanto enquanto membro da Assembleia Municipal exigia saber se a Associação Manteigas Solidária existe, porque tem que existir, uma vez que lhe é transferido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

dinheiro e tem de cumprir todos os requisitos para ser uma Associação. Declarou que uma Associação que não reúne há seis anos é uma Associação fantasma, sendo que isto quando se está a falar com os arautos de transparência, com os paladinos da democracia, considerou tudo muito estranho. Questionou quem são os órgãos da Associação Manteigas Solidária, quando é que foram eleitos. Disse que esperava que o Senhor Presidente da Câmara não lhe respondesse como lhe tinha respondido na Assembleia de setembro, em Sameiro, invocando que isto não é a Assembleia da Associação Manteigas Solidária, porque se a Câmara Municipal transfere dinheiro para esta Associação, o Senhor Presidente da Câmara Municipal tem que saber se a Associação existe, se está legal e quem é que a preside. -----

----- O Senhor Deputado José Lopes solicitou a palavra cumprimentou todos os presentes, desejou um Bom Natal e um próspero ano novo. Recordou que em reuniões pretéritas da Assembleia tinha alertado que o Ribeiro das Fôrneas não era limpo e efetivamente o mesmo sofreu uma intervenção a nível de cortes e podas, contudo os resíduos dessas mesmas podas ficaram juntos, em molhos, na margem do Ribeiro. Considerou que este ano o Inverno veio um pouco mais rápido, por sua vez o ribeiro também enche rápido e levou parte desses resíduos e quase que foi pior a emenda que o soneto, porque limpou-se o Ribeiro e não se retiraram os detritos dessa limpeza ou não se conseguiu retirar tudo a tempo. Aludiu que esta situação devia ter sido prevista, ainda assim agradeceu ter sido feita a limpeza do Ribeiro. -----

Explanou que um outro assunto que pretendia abordar prendia-se com a intervenção do Senhor Deputado António Miguel sobre o Município Hugo Lopes, deixou claro que essa intervenção nada tinha a ver consigo, uma vez que é o pai do Hugo Lopes. Considerou que foi a amizade que une o Senhor Deputado António Miguel ao Senhor Hugo Lopes que o levou a expor o assunto nesta Assembleia. Tendo o Senhor Deputado António Miguel anuído que sim, embora fizesse o mesmo por qualquer outra pessoa que o solicitasse. -----

O Senhor Deputado José Lopes prosseguiu a sua explanação aludindo que caso seja verdade, que um mesmo emprego foi pago por duas vezes, no âmbito do Incentivo ao Emprego, é uma situação muito grave, porque o seu filho teve que desdobrar-se para arranjar o dinheiro, de forma a pagar o valor exigido pela Câmara no prazo de cinco dias, considerou isso de uma atitude imoral. Alertou para o facto de ter dois netos pequenos e que são provavelmente o futuro de Manteigas, desconhece se após este episódio o seu filho Hugo Lopes querará manter-se em Manteigas ou regressar a Lisboa, porque a própria Câmara acaba por afastar os jovens com estas situações. Disse que não queria acusar ninguém, nem tinha esse direito, contudo quando iniciou o mandato como Deputado da Assembleia Municipal tinha feito chegar à Mesa da Assembleia, através da pessoa do Senhor Presidente, um documento onde abdicava do direito de receber senhas de presença, nesse sentido queria saber onde está discriminado esse dinheiro, para onde é que ele foi, nem que tivesse que doá-lo a uma Instituição ou uma pessoa com dificuldades. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha pediu a palavra, concordou com o Senhor Deputado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

António Miguel, no que concerne ao caso do Senhor Hugo Lopes. Alegou que houve situações homólogas em que não foi esse o procedimento adotado pela Câmara Municipal e perante a situação, considerou que alguma coisa terá que ser feita, porque não é possível em cinco dias, para quem não conseguiu manter um negócio, pagar essa quantia ao Município. Relativamente à questão da Associação Manteigas Solidária, também abordada pelo Senhor Deputado António Miguel, concordou inteiramente tirando o aspeto de que essa Associação efetivamente existe, porque esta Assembleia votou a favor do Acordo estabelecido entre a Associação Manteigas Solidária e a Câmara Municipal.-----

----- A Senhora Segunda Secretária da Mesa no uso da palavra apresentou os seus cumprimentos a todos os presentes. Disse que em primeiro lugar pretendia abordar o assunto relativo ao último nevão do mês de novembro e o encerramento da Estrada de São Sebastião, que como pôde constatar por si mesma foi muito para além daquilo que era necessário à queda de neve, à prevenção de eventuais acidentes de circulação, já que é uma Estrada inclinada. Questionou quem é o responsável pelo encerramento das cancelas, como é feita essa gestão, se é tida em conta a necessidade efetiva de encerrar a estrada porque a neve não permite circulação e permitiu sempre, em Novembro permitiu sempre, quem toma essa decisão de fechar a cancela.- No que concerne ao Festival de Outono disse que a sua intervenção ia mais no sentido de uma sugestão. Questionou se a receita arrecadada com o pagamento de *stands* compensou de alguma forma a não participação de expositores, dado que os expositores destes festivais são Manteiguenses, muitos com pequenas economias domésticas, que lhes permitem terem um rendimento extra através de trabalhos manuais que fazem e que podem expor e vender nestas ocasiões. Assim sendo, deixou a questão se comparativamente à primeira edição, em que os *stands* foram gratuitos, se a receita obtida nessa cobrança compensou a diminuição da participação ou se será preferível a participação ser gratuita, e disse que isto é um repto, porque também não estava na posse de todos os dados. -----

Explanou que um outro tema que pretendia abordar prende-se com a *CLOUD*, parabenizou a criação da *CLOUD* e o uso da mesma para o armazenamento de documentação de suporte à Assembleia Municipal, como forma de acesso rápido aos ficheiros em qualquer parte do país, até do mundo. Disse que será ainda benéfico se com a *CLOUD* puderem ter acesso em tempo útil às Atas das reuniões de Câmara e não serem notificados das mesmas quatro e cinco de uma só vez, o que declarou que não entendia, porque se há reuniões quinzenais significa que quinzenalmente há pelo menos uma Ata Camarária que foi aprovada, assinada e ratificada. Por isso não percebia porque é que não é notificada contemporaneamente à sua aprovação e são todas juntas e todas de uma só vez chegam às mãos dos membros da Assembleia. -----

Referiu que nesse aspeto concorda com a *CLOUD* enquanto plataforma de armazenamento de dados, contudo tem sérias dúvidas que ela possa servir como meio de notificação dos documentos de suporte às Assembleias Municipais. Explicou que desde logo a *CLOUD* tem um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Qu *O* *J*

administrador, que é o Município, ora o Município é o órgão fiscalizado, não é o órgão fiscalizador, não é extemporânea a esta Assembleia saber em que data é que os documentos são notificados, pelo contrário. Recordou que tem vindo a alertar já há algum tempo para atrasos nessas notificações ou para notificações feitas além do prazo legal, essas advertências estão registadas nas diversas Atas. Explanou que as notificações são uma competência da Mesa, indelegável e menos delegável ainda no órgão fiscalizado, que é o Órgão Executivo. -----

Questionou quem controla os acessos à *CLOUD*, porque certamente há-de haver um registo que tem de ser efetuado para se aceder à plataforma, isso é controlado pelo administrador da *plataforma* que é o Município. Aludiu que na sua opinião esta plataforma não pode servir de meio de notificação da documentação de suporte às Assembleias, no entanto disse que lançava o tema para reflexão de todos, na perspetiva de poderem contribuir quer para a celeridade, quer para alguma poupança nos papéis e nas impressões, quer ainda para que a documentação de suporte seja efetivada e chegue aos membros do órgão deliberativo a tempo e não extemporaneamente. -

----- O Senhor Presidente da Mesa solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que prestasse alguns esclarecimentos às questões suscitadas pelos Senhores Deputados.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra disse que em algumas intervenções não houve um pedido de esclarecimento, mas ofensas veladas e manifestas, tendo havido acusações perfeitamente dirigidas e mais parecia que estavam num Comício Partidário do que propriamente numa Assembleia Municipal, afirmou que não sabia trabalhar assim.-----

Declarou que os Regulamentos são para cumprir e os casos omissos normalmente a Assembleia permite que a Câmara possa deliberar sobre os mesmos, sempre que há casos omissos vão à Câmara e são deliberados. Quanto aos casos que não estão omissos, são aqueles que a Assembleia aprovou em Regulamento. Explanou que se foi criado um Regulamento, se a Câmara e a Assembleia o assumiram, embora até possa considerar-se que o mesmo está mal constituído e aceitava uma proposta para se rever o processo, contudo não podia aceitar que quem "*apadrinhou*" um determinado Regulamento, depois se possa eximir ao seu cumprimento. Explanou que na sua opinião os casos concretos não devem ser apreciados por esta Assembleia e admitia que o Senhor Presidente tivesse intervindo relativamente a essa matéria. Declarou que um Regulamento que está aprovado é para cumprir e ser respeitado. -----

No que diz respeito ao Festival de Outono, as pessoas têm vindo a decrescer, isto parece uma atitude crítica que aceitava, contudo, a Feira Antiga nem sequer é uma responsabilidade da Câmara Municipal de Manteigas. No que concerne à Expo-Estrela a Câmara criou um grupo de trabalho que está com este processo e agora é dito que as pessoas não são ouvidas sobre isso. --

No que concerne às obras, afirmou não ser um Presidente de Câmara para fazer obras, o seu papel é de alguma maneira encontrar soluções para os problemas de Manteigas e quando lhe dizem que não é qualificável e nem é atraível dar ao Posto de Turismo uma nova configuração, quando toda a gente critica há vinte anos que o Posto de Turismo existe com aquela configuração,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

na sua opinião era uma maneira de divulgar Manteigas. Disse que depois quando dizem que a outra obra, que é para a entrada da Vila ficar mais qualificada, não é nada, efetivamente não percebia. Assim como não compreendia quando é dito que a Biblioteca e o acesso à cultura que está a ser feito, que é a obra mais cara que o Município tem no final de dois mil e dezasseis e início do ano de dois mil e dezassete, não é mais do que importante para Manteigas, para a gente de Manteigas e também para a divulgação. -----

Declarou que Manteigas ultimamente tem sido divulgada mais do que nunca, aliás tem sido um pressuposto do Senhor Presidente da Assembleia que Manteigas precisa de uma divulgação qualificada e estamos a qualificar e já tinha sido dito que Manteigas para Regeneração Urbana tem quatrocentos mil euros (400.000,00€). Aludiu que estas obras são divulgação, tanto que Manteigas teve mais visitantes durante o ano de dois mil e dezasseis do que nos anos anteriores, relativamente ao período homólogo de cinco ou seis anos atrás. Isto significa que a divulgação está qualificada, está bem-feita, tanto que a ser verdade o que tinham em carteira, estavam a falar de mais cento e cinquenta camas que Manteigas vai ter nos próximos dois anos, como tal caso não houvesse este processo de divulgação é que não haveria este tipo de atratividade. -----

No que concerne aos casos concretos o Senhor Vice-Presidente, com a autorização do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, poderá falar, nomeadamente sobre o Festival de Outono e a Expo-Estrela. Relativamente ao que foi feito são coisas concretas, casos pontuais e processuais que considerou que não devem ser chamados para esta sessão, porque não há aqui ninguém que seja ignominioso, que ataque ou persiga alguém. Alegou que se a Lei está mal feita, os Regulamentos são da autoria da Câmara, mas são da responsabilidade de aceitação da Assembleia Municipal e não podia aceitar que alguém depois de firmar um Regulamento venha posteriormente criticá-lo. Afirmou que não era desumano, nem acreditava que algum dos presentes o fosse, o Regulamento até pode estar mal constituído, mas a Câmara não pode alterar o Regulamento sem que esta Assembleia assim o configure, se alguém é beneficiado duas vezes no mesmo processo tem que ser penalizado, inquestionavelmente, contudo não cabe ao executivo municipal ser o vigilante, ser o fiscal desse processo. Referiu que a Assembleia pode de uma forma diferente da que foi feita nesta sessão alertar a Câmara para que um determinado artigo de um Regulamento não está bem e tem de ser alterado. -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara fez uso da palavra para prestar mais alguns esclarecimentos sobre as questões levantadas. No que diz respeito à Toponímia indicou que não sabia acrescentar mais nada daquilo que consta das Atas dos Gabinetes Técnicos, pois tal como o Senhor Presidente da Câmara também ele não pertencia à Comissão. Informou que o assunto foi duas vezes à Câmara Municipal e não houve nenhuma decisão por parte do Órgão Executivo.-- Relativamente à intervenção do Senhor Deputado António Miguel no que toca ao desinvestimento no Natal, referiu que as épocas do ano em que o Município precisa de investir são aquelas em que Manteigas tem problemas de sazonalidade mais graves, designadamente a primavera e o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

outono, e é por isso que alguns principais eventos de Manteigas ocorrem quer na primavera quer no outono, sendo que segundo o que lhe tem sido comunicado por alguns operadores económicos, a sazonalidade no ano de dois e dezasseis em Manteigas quase não foi notada, ou seja não houve um decréscimo tão acentuado de visitantes, principalmente de estrangeiros. Informou que o concelho já tem um número muito significativo de visitantes estrangeiros e desde que há registo dos mesmos na Câmara Municipal, no CIVGLAZ e no Parque Natural o ano de dois mil e dezasseis foi o que registou mais visitas.-----

Explicou que há um desinvestimento no Natal, até porque é de conhecimento que a capacidade hoteleira nessa época do ano está esgotada, os quartos estão todos vendidos no Natal e Fim do Ano, por isso alegou que não fará muito sentido promover aquilo que já está vendido. Por sua vez quando Manteigas tiver uma oferta de alojamento maior, eventualmente já precisamos de pensar de maneira diferente, porque já temos oferta para satisfazer a procura, contudo trazer pessoas para depois nem sequer alojamento lhe poderemos proporcionar, alegou não fazer grande sentido. Relativamente às atividades das férias dos alunos, indicou que são atividades que o Município desenvolve sempre que há interrupções letivas, são programas que são desenvolvidos o melhor que se sabe e nunca houve polémica sobre os mesmos, que são delineados pelos serviços da Câmara, sendo que nos últimos tempos tem havido a colaboração de uma trabalhadora, através de um Contrato de Emprego Inserção, que está a prestar serviço à Câmara Municipal quer nas férias desportivas, quer na ginástica geriátrica. Por tratar-se de um Contrato Emprego Inserção que está a funcionar de acordo com o protocolo que foi aprovado na Câmara Municipal, não têm acarretado custos para o Município. -----

Relativamente ao Festival de Outono declarou que é impossível fazer juízos definitivos sobre o evento no fim da segunda edição, sobre a Expo-Estrela já é possível, porque tem mais de vinte anos de realização e por isso já se pode falar sobre o assunto, contudo sobre uma atividade que começou há dois anos e que no primeiro ano funcionou de uma maneira e no segundo ano já não podia funcionar da mesma forma, é impossível tirar ilações. Explanou que no primeiro dia do certame houve mais de mil pessoas quer no concerto, quer na Passagem de Modelos e foram promovidas as empresas locais que trabalham com o burel. Aludiu que era impossível colocar estas pessoas no sítio onde estavam os expositores. No seu ponto de vista o principal no Festival de Outono não são os expositores, mas sim a capacidade de atrair pessoas, através de atividades como a Identificação dos Cogumelos Silvestres, que atraiu cerca de setenta pessoas, descobrir os nossos próprios percursos pedestres através da Caminhada "Pela Rota das Faias", que teve cento e cinquenta pessoas. Referiu que eventualmente apostar mais neste género de atividades pode atrair mais gente a Manteigas. Recordou que o evento teve uma aposta na gastronomia, com a presença da Escola de Hotelaria a funcionar os três dias, assim como a presença de *Chefes* reconhecidos, sendo que na sua perspetiva essa parte da produção da gastronomia local deverá ser mantida, embora haja outras situações que devem ser repensadas e devem ser revistas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Esclareceu que a Câmara Municipal não tem Vereador da propaganda. No que concerne à organização da Expo-Estrela indicou que a Câmara, à data desta reunião, tinha três propostas, mas ainda não havia nenhuma decisão, porque foi feita uma primeira convocatória para o Secretariado e adiada a data da realização da reunião. Informou que houve uma proposta da Música Nova semelhante à do ano transato, mas desta vez com a participação do grupo “*Quinta do Bill*”. Por outro lado, a Banda Boa União propôs fazer um concerto com uma Tuna do Porto e surgiu a AFACIDASE com a oportunidade de se fazer um concerto solidário em que a receita do mesmo pudesse reverter para esta Associação. Declarou que até à data desta sessão não havia nenhuma decisão, o processo ainda está a decorrer e será tudo apresentado ao Secretariado. -----

No que diz respeito ao caso do Pró-Emprego e à observação realizada pela Senhora Deputada Odete Ganiha, disse que não conhecia situações análogas à que se passou com o Senhor Hugo Lopes e que tinha tratado diretamente da mesma com o Senhor Deputado José Manuel Lopes. Frisou que se houve duplicação de pagamentos que os mesmos fossem denunciados, porque tal como o Senhor Presidente da Câmara tinha referido na sua intervenção, as situações que não coadunam no Regulamento são esclarecidas e deliberadas pela Câmara.-----

Esclareceu que o encerramento das cancelas é gerido pela Guarda Nacional Republicana (GNR), como não podia ser de outra maneira, embora quem as tenhas colocado foi a Câmara mas quem gere o seu respetivo encerramento é a GNR. Constatou que já verificaram que as mesmas estão mal colocadas, devem ser instaladas mais junto ao campo de futebol, porque não há necessidade de as pessoas fazerem mais um quilómetro e meio para depois voltarem para trás. Relativamente aos atrasos no envio das Atas da Reunião de Câmara aos membros do órgão deliberativo, reconheceu que houve de facto atrasos nesse envio e por isso devem ter sido remetidas duas Atas em simultâneo. Tendo a Senhor Segunda Secretária da Mesa reiterado que foram mais as atas a serem remetidas em simultâneo, pelo menos cerca de quatro a cinco.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara não concordou com a Senhora Segunda Secretária da Mesa e justificou esse atraso no envio das Atas pelo facto de haver carência de recursos humanos no Município e por motivo de doença dos funcionários. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra elucidou que no que concerne à plataforma *CLOUD* a responsabilidade era inteiramente sua, disse que tinha de esclarecer a sua estimada colega de Mesa, que de facto não tinha consultado a Mesa da Assembleia sobre este assunto, porque julgou não ser necessário. Considerou que era possível fazer download da *CLOUD* com facilidade, sendo que o desafio foi cada um que queira guardar os documentos poder guardá-los no seu próprio computador, o que nem sempre era possível fazer, nomeadamente com ficheiros relativos às Grandes Opções do Plano e à Conta de Gerência, que por serem documentos muito extensos a maior parte das contas de *e-mail* não suportam esse tipo de ficheiros tão pesados Em suma disse que a única forma é através desta Plataforma ou através do envio de um *link*, como era feito no passado, só que assim que esse link desaparecia deixavam de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ter acesso a esses documentos no futuro.-----

Relativamente à questão da *CLOUD* considerou que vale a pena fazerem uma reflexão sobre aquilo que podem fazer, aliás tratava-se de uma conversa que já tinha tido com o Gabinete de Apoio à Assembleia, no sentido de ser enviado uma notificação para o e-mail dos Senhores Deputados sempre que era colocado um ficheiro sobre um determinado assunto na *CLOUD*, e tal como a Senhora Segunda Secretária da Mesa tinha referido e bem dessa forma pedia-se um recibo de leitura desse mesmo e-mail e desde que haja um recibo de receção temos a possibilidade de garantir que foi recebido. Explanou que não vislumbrava outra solução a não ser gastar resmas de papel a enviar documentos como as Grandes Opções do Plano e mesmo a Conta de Gerência no futuro, sendo que isso fere a sua sensibilidade ambiental. Far-se-á o envio em suporte de papel apenas para os Senhores Deputados que não tinham facilidades de acesso à internet e a computadores. -----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos no uso da palavra recordou novamente que o Regulamento da Assembleia Municipal propõe que neste período de Antes da Ordem do Dia, fosse utilizado no máximo uma hora, sendo que neste momento já tinha decorrido uma hora e trinta e oito minutos.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu a observação do Senhor Deputado José Novo de Matos, disse que estava esclarecido e tinha também prestado os seus esclarecimentos, frisou que não haveria réplica a qualquer resposta que tenha sido dada, uma vez que não houve ofensas pessoais, de modo que no final dos trabalhos, nos *Outros Assuntos de Interesse para o Concelho* os Senhores Deputados podiam ainda obter mais esclarecimentos caso assim o pretendessem. Neste seguimento deu como encerrado este ponto da ordem de trabalhos. -----

-----**Período da Ordem do Dia**-----

----- PONTO 3.1-----

CONHECIMENTO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS, LANÇADOS PARA O ANO DE 2017, DE
----- ACORDO COM A LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO -----

----- O Senhor Presidente da Mesa deu como abertas as inscrições do Senhores Deputados que desejassem intervir sobre este assunto. Verificando a intenção do Senhor Deputado José Novo de Matos em intervir concedeu-lhe a palavra. -----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos no uso da palavra indicou que tinha apenas uma dúvida, solicitou que fosse esclarecido sobre o que são as Fábricas das Igrejas, porque o conceito que tinha de uma Fábrica relaciona-se com os operários e com a exploração capitalista.--

----- O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que a Fábrica da Igreja é a entidade que gere as festas religiosas, quem encomenda os vários apetrechos para a Igreja, quem suporta possíveis encargos com a construção da Igreja, portanto trata de toda a logística da Igreja, assim como gere os seus recursos financeiros.-----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha pediu a palavra para dar nota que no documento em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

causa é mencionada a lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, sendo que a mesma foi alterada e replicada pela lei 22/2015 de 17 de março.-----

Abaixo se transcrevem os compromissos lançados para o ano de 2017, dos protocolos em vigor na presente data, e não revogados por nenhuma das partes, constantes na informação de 11/11/2016 presente a esta Assembleia: -----

“- Associação Desportiva de Manteigas – 69.999,96€;

- Centro Cultura e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Manteigas – 28.035,00€;

- Freguesia de Vale de Amoreira – 25.700,00€;

- Freguesia de Sameiro – 38.400,00€;

- Freguesia de São Pedro – 10.000,00€;

- Freguesia de Santa Maria – 10.000,00€;

- Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Vale de Amoreira – 2.500,00€;

- Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Sameiro – 2.500,00€;

- Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Pedro – 2.500,00€;

- Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Maria – 2.500,00€;

- Associação Manteigas Solidária – 10.554,75€.”

----- PONTO 3.2 -----

APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS

----- COMPROMISSOS -----

----- O Senhor Presidente da Mesa recordou que esta autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos era até ao limite do montante de noventa e nove mil novecentos e noventa e nove euros (99.999,00€).-----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos pediu a palavra disse que este assunto também não tinha discussão, mas achava-o interessante e muito importante, é uma proposta tem que ir a votação. Considerou muito importante o ponto 4 deste documento, porque trata-se de uma forma muito boa de monitorização da atividade do órgão executivo por parte da própria Assembleia Municipal, portanto na sua opinião faz todo o sentido, é lógico. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa verificando que não havia mais inscrições para intervir sobre esta matéria colocou o **pedido de Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos** à votação tendo **sido aprovado unanimidade**.-----

----- PONTO 3.3 -----

APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP)

----- PARA 2017 -----

----- O Senhor Presidente da Mesa explicou que esta Taxa Municipal de Direitos de Passagem refere-se nomeadamente à questão das Empresas como as Operadoras de Telecomunicações e a EDP que têm que pagar aos Municípios pelo direito de passagem dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

cabos, sendo que isso é revertido na fatura do consumidor. Questionou se alguém desejava usar da palavra para intervir sobre este tema, verificando que não havia inscrições, colocou à votação **o pedido de Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos**, tendo sido **aprovado por maioria com duas abstenções**. Sendo que no momento da votação não se encontravam presentes o Senhor Deputado António Miguel e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, para exercerem o seu direito de voto.-----

----- PONTO 3.4 -----

APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO
----- DE COMPETÊNCIAS DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS -----
----- O Senhor Presidente da Mesa explanou que este contrato foi distribuído previamente e deu conta que teve duas abstenções na votação da Câmara. Disse que lhe chamou à atenção estas duas abstenções e gostava de ser esclarecido, porque na cláusula 4 é referido que a Câmara Municipal de Manteigas continuará responsável pelos equipamentos e infraestruturas rodoviárias, ou seja, continua responsável pelas gares da paragem de autocarro, pela sinalética, entre outra logística, as taxas são criadas pela Câmara, são cobradas aos operadores e passam a ser receitas das Comunidades Intermunicipais (CIM), que têm estes contratos. Explicou que esta foi a razão pela qual os Senhores Vereadores eleitos pela lista do Partido Socialista se abstiveram. -----

Aludiu que não via na cláusula 8, no número 3, que refere que as taxas da alínea d) do número 2 são criadas pela Câmara Municipal e entregues à Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela (CIMBSE), disse que desconhecia como é que isto vai funcionar. As taxas são criadas pelas Câmaras e depois são entregues à CIMBSE em cumprimento com um acordo estabelecido. Neste sentido levantou a questão, se neste acordo com a CIM não será natural que a Câmara negocie uma parte que lhe fica para suportar os encargos com as infraestruturas, com a sinalética, com as gares de autocarros. Solicitou esclarecimentos sobre esta matéria para que a Assembleia pudesse votar em consciência. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para elucidar o órgão deliberativo sobre esta matéria. Explicou que o Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT) era a entidade reguladora de todos os transportes, desde os municipais, intermunicipais e inter-regionais. Explicou que Manteigas tem transporte inter-regional, mas não tem aquilo a que chamam os municipais e este acordo reporta para transportes municipais. Recordou que o único transporte municipal que o concelho tem inscrito e não é executado é o transporte de Manteigas para as Caldas, está inscrito no IMT, sempre esteve, contudo não é executada esta carreira. Portanto este acordo diz respeito aos transportes municipais, porque os interconcelhios não são já da nossa competência, passaram diretamente para a Comunidade Intermunicipal, só que há muitos Municípios que têm carreiras municipais e essas sim são geridas sobre a taxaçoão feita pelos Municípios, relativamente aos diversos operadores de sistema. Frisou que isto é apenas no que concerne somente às



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

carreiras municipais que Manteigas não tem, mas que pode querer vir a ter.-----

Explanou que o que estavam a delegar como competência é a possibilidade de sendo a Comunidade Intermunicipal uma entidade que vai gerir todas as carreiras intermunicipais, as interconcelhias e também as inter-regionais, se um dia Manteigas quiser repor ou criar transporte de Vale de Amoreira, de Sameiro, ou dentro de Manteigas fica mais guarnecida com este contrato de delegação de competências se estiver com a CIM. Referiu que no imediato a nossa delegação de competências é ainda só para possíveis consequências, porque as intermunicipais e as inter-regionais já são de acordo com a Lei da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, designadamente se houver uma carreira de Manteigas – Covilhã – Castelo Branco, ou Guarda – Castelo Branco é uma carreira inter-regional, as intermunicipais é de Manteigas para a Covilhã, Manteigas para a Guarda, Manteigas para Belmonte e essas já não são da nossa competência.----

Explicou que neste ponto não estão a delegar nada, apenas estão a delegar a possibilidade das concelhias poderem vir a ser executadas pela Comunidade Intermunicipal, que vai manobrar e vai substituir o IMT relativamente a todas estas carreiras. Sendo que quando Manteigas tiver que negociar uma situação específica de uma concelhia já tem a CIM para a poder representar, porque essa entidade vai gerir uma grande plataforma relativamente às intermunicipais, quem vai receber as verbas do Estado ainda vão ser as Câmaras Municipais. Informou que a Câmara Municipal de Manteigas recebeu relativamente a esta transferência das Carreiras concelhias nove mil e cem euros (9.100,00€), porque tínhamos uma carreira e nós vamos manter ainda como agremiada a carreira da Vila de Manteigas até às Caldas.-----

Explicou que a proposta que foi a deliberação da Câmara, foi no sentido de embora Manteigas não tendo atualmente carreiras municipais, não quer dizer que não possamos vir a ter a necessidade de criar por razão de transporte de alunos, por razão de transporte de ligação entre freguesias do concelho e nesse caso já teremos a CIMBSE para negociar essa matéria. Referiu ainda que não há encargos com as infraestruturas porque não existem. -----

----- O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho pediu a palavra cumprimentou todos os presentes, disse que não ia pedir autorização ao Senhor Presidente da Câmara para usar da palavra, porque a questão que queria colocar não tinha a ver com o Senhor Presidente da Câmara, nem com a responsabilidade deste. Disse que tinha uma posição diferente do Senhor Presidente da Câmara sobre esta matéria, mas isso era um assunto que posteriormente iria discutir numa próxima reunião de Câmara. Explanou que no que concerne às competências da Câmara, não são só os transportes municipais a nível do território concelho, é também na concessão de transportes e interconcelhio, contudo era uma questão que seria discutida posteriormente. -----

Questionou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal se as Atas das reuniões de Câmara onde foram aprovados os assuntos que nesta sessão vieram à apreciação e aprovação do órgão deliberativo se chegaram aos Senhores Deputados antes desta reunião, porque tinha ficado com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

[Handwritten signatures]

a percepção de que apenas o Senhor Presidente da Assembleia conhecia as razões que levaram os Senhores Vereadores do Partido Socialista a absterem-se. Caso os Senhores Deputados não tenham tido conhecimento de qual foi a posição dos Senhores Vereadores do Partido Socialista na Câmara sobre esta temática e as respetivas justificações, então havia aqui uma falha no ponto de vista formal, dado que não chegam à Assembleia Municipal as Atas e os assuntos que são discutidos no Órgão Executivo e que nesta sessão estavam para deliberação. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que todos os Senhores Deputados tinham tido acesso à Ata de Reunião de Câmara onde esta matéria foi discutida e deliberada. -----

----- A Senhora Segunda Secretária da Mesa no uso da palavra disse que tendo em linha de conta a intervenção do Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho, na sua opinião para que a informação das reuniões de Câmara possa chegar completa à Assembleia Municipal e aos seus membros, a mesma deveria desde logo ser acompanhada da Ordem de Trabalhos, porque é um guia para os próprios intervenientes das Reuniões de Câmara, mas será um guia também para o órgão deliberativo. Tendo o Senhor Presidente da Mesa referido que a Ordem de Trabalhos é transcrita em Ata. A Senhora Segunda Secretária da Mesa prosseguiu explicando que a Ordem de Trabalhos devia chegar ao órgão deliberativo contemporaneamente à Ata e devia vir acompanhada da documentação a que a própria Ata alude. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa indicou que relativamente à documentação em falta era uma questão que se podia colocar e que já tinha sido suscitada anteriormente, em outras sessões da Assembleia, no que diz respeito à Ordem de Trabalhos não concordava, uma vez que a mesma é transcrita na Ata. -----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos pediu a palavra, referiu que se fosse ele a gerir esta Assembleia daria primeiro a palavra a todos os Deputados e depois sim, concedia a palavra aos elementos do órgão executivo. -----

Aludiu que leu este documento com muita atenção e tinha três perguntas para fazer. Questionou quais eram as vantagens práticas e económicas para o Município deste Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Serviço Público de Passageiros? Quais as vantagens para os utentes dos serviços de transportes residentes em Manteigas? E se consideram que pode levar a uma melhoria futura, qualitativa dos serviços de transportes operados em Manteigas? Explicou que estas perguntas tinham por base a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, quando disse que Manteigas nem tem um transporte municipal. Afirmou que isto lhe parecia quase anedótico, porque estavam a discutir só coisas intermunicipais. Ainda assim deu os seus parabéns, porque tal como em medicina é melhor a profilaxia do que o tratamento, isto tudo é a pensar que num futuro longínquo haverá um transporte municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa verificando que não havia mais inscrições para intervir sobre esta matéria colocou à votação o **Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Serviço Público de Transporte de Passageiros**, tendo sido **aprovado** com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

nove votos a favor e nove abstenções. Sendo que no momento da votação não se encontrava presente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria para exercer o seu direito de voto.-----

----- PONTO 3.5 -----

APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL PARA 2017

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos solicitou a palavra dizendo que nada tinha a opor a este documento, porque é uma metodologia de tratamento relativa à matéria que se ia discutir no ponto três seis da Ordem de Trabalhos. Inclusivamente é referido no documento que tem de ser aprovada em conjunto com as Grandes Opções do Plano e Orçamento, o que concluiu que caso não aceitassem a metodologia também não podiam votar o Plano. Na sua opinião a metodologia está correta e nada havia a discutir sobre a mesma. Declarou que ia votar favoravelmente nas Normas de Execução Orçamental, que no conjunto são vinte e sete. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que os pontos não eram votados conjuntamente, mas em votações distintas, as Normas de Execução Orçamental tinham de ser deliberadas previamente à discussão das Grandes Opções do Plano. Questionou se alguém desejava usar da palavra para intervir sobre esta matéria, verificando a intenção da Senhora Deputada Odete Ganilha em intervir concedeu-lhe a palavra. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha explanou que a sua intervenção ia no sentido de deixar meras notas que podiam acrescentar algum valor positivo ao documento. Aludiu que no artigo 5.º *Registo Contabilístico*, no número 4 - *relativamente a despesas urgentes e inadiáveis*, considerava que devia constar neste ponto “*cujo valor isolado ou conjuntamente não exceda o montante de dez mil euros (10.000,00€) por mês*”, tal como refere a Lei. No artigo 7.º ponto número 3, na última linha onde diz: (...) “*deverão ser objeto de registo no sistema de gestão de “stocks”, devendo expressamente identificar-se o fim a que se destinam.*”, disse que no seu ponto de vista, ficaria melhor contabilisticamente se fosse dito: “*associados aos respetivos centros de custos*” e sugeriu que fosse acrescentado um 5.º ponto em que constaria: “*cada Divisão/Serviço responsável pelo armazenamento de bens deve acautelar as quantidades mínimas necessárias a essa divisão*”.-----

Indicou que no artigo 12.º *Princípios Gerais para a realização da despesa*, acrescentaria um 8.º ponto: “*cada serviço que tenha a seu cargo a execução de obras deverá ter uma conta corrente da obra*”, no sentido de que em qualquer momento se consiga conhecer o seu custo real. Alertou que o documento também não faz qualquer referência ao Fundo de Maneio e a Lei assim o exige. Chamou à atenção que o Artigo 22.º baseia-se na lei 08/2012 de 21 e no decreto-lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que já foram ambos alterados e republicados pela Lei que anteriormente já tinha citado. Por último indicou que o presente documento não faz qualquer tipo de menção a candidaturas a Fundos Comunitários, que no seu ponto de vista terá um grande interesse no ano de dois mil e dezassete. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra disse que só tinha a manifestar seu agrado, porque finalmente vai haver em dois mil e dezassete Contabilidade de Custos, o que será naturalmente positivo. Tendo o Senhor Presidente da Câmara esclarecido que já existia Contabilidade de Custos. O Senhor Presidente da Mesa prosseguiu a sua explanação referindo que o que está consagrado neste documento é que vai haver, é obrigatório em dois mil e dezassete passar a haver Contabilidade de Custos e isso é positivo. Recordou que já em sessões pretéritas da Assembleia tinham falado deste assunto e com a gestão rigorosa de *stocks*, que a Senhora Deputada Odete Ganilha tinha feito alusão na sua explanação, fazia votos que com isso acabassem as dídivas, sobretudo aquelas de cimento para muro de pedra seca, que são feitas no período eleitoral. Invocou que uma gestão rigorosa de *stocks* vai impedir essas dídivas de cimento sobretudo em ano eleitoral. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para clarificar que a Câmara não dá esse material.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa verificando que não havia inscrições para intervir sobre a matéria colocou à votação as **Normas de Execução Orçamental para 2017**, tendo sido **aprovadas por maioria com quatro abstenções e catorze votos a favor**. Sendo que no momento da votação não se encontrava presente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria para exercer o seu direito de voto.-----

----- PONTO 3.6 -----

APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA
----- 2017 -----

----- O Senhor Presidente da Mesa informou que o Conselho Municipal da Juventude fez chegar à Mesa da Assembleia, antes desta sessão uma minuta da deliberação do Conselho Municipal da Juventude, tomada a partir de três apreciações de conselheiros, enviadas via correio eletrónico e telemóvel, sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município de Manteigas para o ano de 2017, que leu e em seguida se reproduz:-----

“O Conselho Municipal da Juventude não reuniu, para emissão de parecer obrigatório, não vinculativo, as Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município de Manteigas para o ano de 2017, conforme estipula o n.º 2 do artigo 8º do Regulamento do Conselho Municipal da Juventude, em duas convocatórias por falta de quórum, tendo a maioria dos seus Conselheiros justificado a ausência.

Analisado o documento, três conselheiros enviaram o parecer positivo.

Esta deliberação é aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos e, vai ser assinada pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal.”

O Senhor Presidente da Mesa referiu que esta declaração de voto era apenas para conhecimento da Assembleia, o parecer não é vinculativo e mesmo que o fosse chegado antes do início da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

sessão não tinha qualquer valor. Colocou as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017 à apreciação, aceitando as inscrições dos Senhores Deputados que pretendessem usar da palavra sobre esta temática. -----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos no uso da palavra disse que concordava perfeitamente com este documentos e tinha gostado muito de ver que foi apresentada uma proposta de alteração às Opções do Plano, pelos Senhores Vereadores Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho e António José Ascensão Fraga, que propõe de facto algo tão objetivo, tão importante e que há tantos anos ele andava a chamar à atenção, que prende-se com aquilo que considera ser o mais importante, que é a qualidade de vida das pessoas de Manteigas. Referiu que para a população ter o mínimo de qualidade de vida, independentemente dos serviços médicos, dos médicos muito bons que existem em Manteigas, dos enfermeiros e dos cuidadores de saúde, a verdade é que a diferença que faz por vezes entre a vida e a morte das pessoas que aqui residem, é de facto a possibilidade de rapidamente serem evacuadas para um hospital de referência, isto é fundamental. -----

Explanou que para isso é necessário um serviço de Bombeiros adequado, a funcionar bem, sendo que era de conhecimento que ao longo destes anos esta Associação Humanitária tem-se deparado com inúmeras dificuldades. Aludiu que no seu ponto de vista esta questão é fundamental e deve ser a primeira coisa que qualquer executivo deve apoiar, independentemente da cor política, sendo que foi interessante verificar que quer os Senhores Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, quer os eleitos pelo Partido Social Democrata, todos em conjunto concordaram com esta proposta, disse que isto é bom senso. -----

Indicou que leu estes documentos cuidadosamente, reiterou que de finanças não percebia nada, contudo disse confiava nos Relatórios prévios, assim como no facto de que as pessoas não andem aqui a enganarem-se e a enganar os eleitores e a enganarem-se uns aos outros, porque pertencem todos ao mesmo órgão executivo e trabalham diariamente para o bem de Manteigas. Da leitura que fez dos documentos indicou que neles é explanado um projeto, que no seu ponto de vista é muito ambicioso para o desenvolvimento e sustentabilidade do concelho de Manteigas, para o ano de dois mil e dezassete. Em segundo lugar disse que o preocupava muito as capacidades e possibilidades económico-financeiras do Município, para levar tudo isto para a frente, para tornar realidade tudo o que está explanado neste projeto. Em terceiro lugar vendo o número de ações que estão previstas, considerou que são uma continuidade de algumas ações já desenvolvidas nos últimos anos, independentemente dos partidos que estiveram a desenvolve-las Embora umas de forma mais incipiente e outras de forma mais objetiva, mas já é uma continuidade e por aí talvez seja mais fácil chegar a bom termo. Questionou a exequibilidade de todas as ações e de todos os projetos que vêm explanados nestes documentos. -----

Por último frisou que enquanto defensor do desenvolvimento de Manteigas só podia desejar muito boa sorte a este órgão executivo e lembrar que o mesmo é um conjunto de elementos do Partido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Socialista e do Partido Social Democrata, como tal fazia votos que todos em conjunto levem a bom termo os projetos que estão exarados nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro pediu a palavra, cumprimentou todos os presentes. Indicou que tinha lido com atenção todo os documentos, sobretudo a parte técnica, que também não era o seu forte. Referiu que logo na segunda página se fala da descentralização de competências, aproximando o poder local dos cidadãos para as Freguesias. Informou que para a Freguesia de Sameiro estão cabimentados trinta e oito mil e quatrocentos euros (38.400,00€), sendo que verificou por diversas vezes o Acordo de Execução assinado no dia três de janeiro de dois mil e dezasseis, a Transferência de Competências, e também no Acordo de Execução está referido trinta e oito mil e quatrocentos euros (38.400,00€), depois surpresa das surpresas verificou que Vale de Amoreira perde seis euros (6,00€) e Sameiro perde cem euros (100,00€). Questionou porque é que o documento que veio a conhecimento da Assembleia no ponto três um da Ordem de Trabalhos assim como o Acordo de Execução, não batem certo com o Orçamento, uma vez que nele está explano que a Freguesia de Sameiro tem cabimentado trinta e oito mil trezentos e cinco euros e vinte e três cêntimos (38.305,23€) ou seja perde noventa e quatro euros e setenta e sete cêntimos (94,77€) e Vale de Amoreira perde seis euros (6,00€), que também não deixa de ser dinheiro. Questionou porque é que o Acordo de Execução que foi assinado não é equiparado à transferência das Freguesias nas Grandes Opções do Plano, porque é que os valores dos dois documentos não são iguais. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares cumprimentou todos os presentes, disse que a sua apreciação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017 ia ser muito curta, até porque quando tinham a felicidade de haver unanimidade em uma aprovação de Orçamento era demonstrativo, que embora de certeza absoluta que o documento não satisfaz na plenitude, mas que tinham conseguido chegar a um ponto de equilíbrio, para que possa existir o regular funcionamento da atividade do Município e esse é de facto o ponto que é importante realçar.----- Referiu que Manteigas há vários anos que vem trilhando um caminho e não estava a cingir-se a este mandato, vem trilhando um caminho de aproximação entre as diversas sensibilidades e as diversas forças e há de facto pontos aglutinantes e de convergência entre os principais responsáveis políticos do Município. Aludiu que há uma quantidade enorme de pequenas ações neste orçamento e nestas Opções do Plano, que são substancialmente mais valoradas em termos económicos do que propriamente as grandes intervenções, a parte imaterial volta a ter uma aposta forte que também não é nova e julgava que tem existido alguma unanimidade nas diversas sensibilidades. -----

Realçou que o desenvolvimento do concelho passa essencialmente pela aposta em ações imateriais, sem descurar a materialidade, nomeadamente algumas obras que vão ser feitas, embora nenhuma delas de grande volumetria comparadas com algumas que já foram feitas no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Município, mas na sua opinião este é o caminho mais correto. -----

Aludiu que estes documentos merecem o parecer favorável, apesar de o facto de haver unanimidade não implicar que haja unanimismo, explicou que não queria com isto dizer que não gostava que houvesse aqui outras ações, se calhar com enfoque diferente daquelas que estão, mas dadas as circunstâncias considerou que estas ações podem perfeitamente ser exequíveis, com as verbas que estão propostas e daí merecer a concordância da sua Bancada. Disse que pretendia apenas deixar uma pequena sugestão e queria que fosse entendida como tal, a propósito também da imaterialidade no Orçamento está prevista na parte da receita seis mil euros (6.000,00€), nomeadamente mil euros (1.000,00€) por prolongamento de horário pré-escolar e cinco mil euros (5.000,00€) pelas refeições escolares. -----

No seu ponto de vista esta volumetria financeira é tão pequena, que deixava como sugestão para o futuro executivo, abolir estes pagamentos, porque as crianças em Manteigas já são tão poucas, que considerava que o Município podia perfeitamente dispensar estes valores e fornecer a todas as crianças do concelho as refeições na cantina, assim como também o prolongamento do horário ser gratuito e assumido pela Câmara. Fazia esta sugestão tal como já tinha defendido que a Câmara Municipal devia reformular um dos Regulamentos de Apoio à Fixação de Pessoas, para permitir que todos os alunos do ensino até ao 12.º ano, em Manteigas, pudessem ter os livros fornecidos através de um banco de livros da Câmara, de forma a terem acesso gratuito a esses manuais escolares. Reiterou que era apenas uma sugestão que deixava, disse que provavelmente este seria o último Orçamento que votava nesta Assembleia, mas de facto gostava que um dia isto pudesse ser contemplado. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra indicou que gostaria de colocar uma questão relativamente a este Orçamento. Indicou que tendo presente aquilo que já tinha sido referido nesta sessão, as Grandes opções do Plano e Orçamento para 2017 foram aprovados por unanimidade na Câmara, contudo tinha a acrescentar que este aumento das transferências correntes, que são no montante de cento e quarenta e três mil e oitocentos e onze euros (143.811,00€), que foram transferidos a mais do Governo, isto é, de um Governo que fez um grande esforço para recuperar os rendimentos dos Portugueses que o anterior tinha retirado. Neste sentido considerou que cerca de cento e quarenta e quatro mil euros (144.000,00€) é de facto um grande esforço por parte do Governo e isto é importante e deve ser considerado na sua aplicação.-----

Fez alusão que na parte literária destes documentos está consagrado que este excesso de transferências correntes em relação ao ano anterior devia de ser utilizado em despesas de capital, indicou que aplaudia essa iniciativa, embora tenha muitas dúvidas que isso venha a acontecer porque para haver despesas de capital é preciso elas serem executadas, de modo que tinha muitas dúvidas que venham a ser aproveitadas nesse sentido. Chamou mais uma vez à atenção que as despesas correntes estão acrescidas de duzentos e cinquenta e seis mil euros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Qu *O* *R*

(256.000,00€) em números redondos, portanto há um acréscimo ainda este ano de duzentos e cinquenta e seis mil euros (256.000,00€), que não havendo inflação, não havendo atualização de vencimentos, percebe-se a que se destina este acréscimo de despesa. Na sua opinião considerou que já basta de Festivais, porque estas despesas correntes são para os Festivais e portanto já basta os que existem.-----

Referiu que o Senhor Presidente da Câmara iria alegar que há despesas correntes que são mais de capitais do que correntes. No que diz respeito à questão da descentralização de competências para as Juntas de Freguesias, na parte literária destes documentos é referido que deve haver um reforço da descentralização para as Freguesias, mas verifica-se que as verbas de transferências para as Freguesias em dois mil e dezasseis cifraram-se em oitenta e quatro mil e cem euros (84.100,00€), enquanto que para o ano de dois mil e dezassete a transferência que está prevista é no montante de oitenta e quatro mil e duzentos euros (84.200,00€). Em suma são apenas mais cem euros (100,00€) de diferença, ou seja, vinte e cinco euros (25,00€) a mais para cada Freguesia, o que considerou não ser um reforço de descentralização para essas Autarquias. Disse que deixava esta nota porque de facto é necessário ser esclarecida. -----

Aludiu que é dado relevo na parte literária a um camião do lixo, também como obra a executar no próximo ano, estando previsto o pagamento no montante de cinquenta e sete mil e duzentos euros (57.200,00€) através de um leasing a três anos. Explanou que era dado um determinado relevo a isto, contudo podia-se verificar que as despesas do Município com material informático e administrativo são no valor de cento e oito mil euros (108.000,00€), num só ano. Questionou como se podia dar relevância à aquisição de um camião a três anos, no valor de cinquenta e sete mil e duzentos euros (57.200,00€), e considerar-se normal gastar cento e oito mil euros (108.000,00€) em material informático e em equipamento administrativo. Afirmou que é isto que depois leva as despesas correntes para os valores em excesso. -----

Indicou que estão previstos dezasseis Contratos Emprego Inserção (CEI) apoiados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, neste seguimento questionou se são apenas mais quatro CEI's dos que existiam em dois mil e dezasseis ou se são dezasseis novos Contratos de Emprego Inserção para o ano de dois mil e dezassete. Não tendo mais questões a colocar concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara começou a sua explanação referindo que o Senhor Presidente da Mesa tinha abordado uma questão na sua intervenção, que considerava importante, trata-se da transferência de competências e sobre isto a Lei refere: a transferência de competências das Câmaras para as Juntas de Freguesias não pode induzir mais gastos dos que estavam alocados ao processo. Neste sentido afirmou que o órgão executivo já no ano transato tinha dito que estava disponível e continuava disponível para que se houver pessoal transferido para as Juntas transfeririam também as verbas. Explicou que não podem é de um lado dar e de outro tirar. Por outro tinha sido apontado que havia uma diferença de valores nos documentos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

apresentados, sendo que o Senhor Vice-Presidente já teria pedido esclarecimentos à Contabilidade sobre essa matéria.-----

Afirmou que efetivamente estavam a descentralizar e na sua opinião nenhuma das Juntas de Freguesias, muito menos Sameiro, se podem queixar relativamente à matéria que foi descentralizada e as verbas estão a ser recebidas, o mesmo referiria relativamente a Vale de Amoreira. No que concerne as outras duas Juntas de Freguesias urbanas é um processo diferente, porque as responsabilidades continuam a ser imputadas à Câmara Municipal na unanimidade dos casos, exceto nos contratos que foram feitos para intervirem diretamente. Alegou que caso as Juntas de Freguesias, designadamente a Junta de Freguesia de Santa Maria e a Junta de Freguesia de São Pedro quiserem assimilarem a responsabilidade com o pessoal, naturalmente que a Câmara Municipal irá transferir o pessoal e as verbas adequadas para o efeito, a não ser assim não pode ser aumentada a despesa. Frisou que a Lei não permite aos Municípios aumentar os encargos em relação ao que já existe atualmente.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou porque é dito que há reforço da descentralização. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara respondeu que há descentralização porque há trabalhos conjuntos entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesias, sempre que a Junta intervém com o Município e fazem-no conjuntamente. Tendo o Senhor Presidente da Mesa referido que isso são parcerias e não descentralização. O Senhor Presidente da Câmara não concordou dando o exemplo que se um calcetamento de uma rua fica incumbido a uma Junta de Freguesia, o material, designadamente paralelos, é dado pela Câmara Municipal, isso é descentralização. Tendo o Senhor Presidente da Mesa considerado que tal tratava-se de gestão de *stocks*. -----

O Senhor Presidente da Câmara dando continuidade à sua explanação referiu que não se tratava de gestão de *stocks*, porque o Município não tem *stocks*. No que concerne à divulgação de Manteigas afirmou ser a favor da mesma. Invocou que o Senhor Presidente da Assembleia diz sempre que não vê a Câmara Municipal de Manteigas a ser divulgada, contudo os eventos e o aumento de investimento para os eventos é exatamente para a divulgação. Questionou como é que Manteigas pode aparecer no radar do investimento se não for desta maneira. -----

Indicou que era de conhecimento está em curso a Pousada de São Lourenço, que na sua opinião é um investimento da máxima importância, há o Hotel que já está em obras com mais de vinte camas, por sua vez a *Vila Galé* apresentou na semana anterior à data desta sessão um projeto de um Hotel com oitenta e uma camas. Afirmou que tudo isto acontece e Manteigas vai ter durante o ano de dois mil e dezassete mais cento e cinquenta camas porque há divulgação. Frisou que os eventos são para divulgar Manteigas, outros são para promover produtos endógenos, mas cada um no seu local. Disse que não queria contrariar a Senhora Segunda Secretária da Mesa, que na sua intervenção questionou se a Câmara não pretendia reequacionar o evento do Outono. Tendo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

[Handwritten signatures]

a Senhora Segunda Secretária da Mesa esclarecido que tinha dito isso numa perspetiva da receita e sem dados de base. -----

O Senhor Presidente da Câmara prosseguiu referindo que estes eventos são de divulgação, embora possam não corresponder aquilo que são as vontades imediatas, por exemplo dos expositores, mas será que este evento é para expositores ou é para divulgação? Informou que ligados ao evento do Outono esteve a área da fotografia, um conjunto de pessoas que são divulgadoras por natureza deste processo e tivemos por isso o *Imaginature* que trouxe mais de cem pessoas e são estas que colocam o território de Manteigas fora do território, tendo afirmado que é isso que importa. Explanou que é também necessário ter um bocadinho de animação nesses eventos, porque não faz sentido fazer-se só um *Show Cooking* sem ter a presença dos restaurantes, nem faz sentido fazer um *Show Cooking* e não haver rigorosamente mais nada. -----
Indicou que eventualmente o certame pode ser reavaliado, contudo não se trata de dinheiro e mais dinheiro em cima de eventos, declarou que o Município está a realizar estes eventos porque considera que está a divulgar, porque estas atividades atraem pessoas de fora e é esse o princípio. -----

Indicou que no que diz respeito ao carro do lixo, era de conhecimento que tem os impostos todos anulados, porque é para recolha do lixo, não tem IA, tem um tratamento diferente, um valor que não é simbólico, é pragmático. Frisou que o carro de recolha dos resíduos sólidos do Município está completamente desmazelado, portanto é uma necessidade adquirir-se um novo. Recordou que este executivo camarário acabou com uma lixeira em Manteigas, foi criado um Centro de Transferência dos resíduos de modo a não prejudicar a saúde dos Municípios, designadamente de Sameiro e Vale de Amoreira e para não ter que se andar sucessivamente a ir despejar ao Fundão, indicou que estas coisas parece que são banalidade, mas não são coisas que têm importância. ---

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara solicitou a palavra para prestar mais alguns esclarecimentos às questões suscitadas pelos Senhores Deputados. Fez alusão que Senhor Presidente da Mesa tinha verificado tal como ele, que a receita corrente vai baixar duzentos e dezanove mil euros (219.000,00€) em relação ao Orçamento do ano passado, sendo que podia demonstrar onde vai encaixar a verba. Explanou que como era evidente com o FEF a receita vai subir, mas em rendas de edifícios o Município vai ter menos vinte e nove mil euros (29.000,00€), em transferências correntes menos quarenta e oito mil euros (48.000,00€), no saldo de gerência que no ano transato tinha passado com quinhentos mil euros (500.000,00€) e este ano tinham no Orçamento duzentos e cinquenta mil euros (250.000,00€). No que diz respeito ao saneamento o Município vai ter menos trinta e cinco mil e quinhentos euros (35.500,00€) de receita, na tarifa de água menos vinte e cinco mil e quinhentos (25.500,00€), como há alguns acréscimos chegam aos duzentos e dezanove mil euros (219.000,00€) facilmente.-----

Em relação à despesa com a informática tem a ver com o Programa de Modernização Administrativa, do qual vamos pagar 15%, senso que a despesa com informática não é despesa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

corrente, é toda despesa de capital, tendo sido opção do Órgão Executivo não comprar servidores, que custam entre cem a cento e cinquenta mil euros (150.000,00€) e ao de fim de quatro anos já são obsoletos. Desta forma com o acordo realizado com a Portugal Telecom (PT), afirmou ser certo que o Município estava a poupar imenso dinheiro. No que concerne à despesa corrente referiu que também vai diminuir bastante. Informou que vai haver despesa que é obrigatória, quando o Município entrar no Programa de Abandono e Insucesso Escolar, que vai custar por ano cento e oitenta mil euros (180.000,00€), ou seja, mesmo que não queiram têm que inflacionar as despesas correntes, mesmo pagando só os 15% das nossas componentes. -----

Elucidou que os Contratos de Emprego Inserção são para manter mais ou menos a mesma quantidade em função da procura do número de pessoas inscritas no Centro de Emprego que baixou cerca de 60% ou 70%, disse que não sabia avaliar exatamente se são pessoas que entraram na idade da pré-reforma, julgava que era esse o caso, mas havia cerca de vinte jovens inscritos no Centro de Emprego, contudo houve um decréscimo acentuado.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se esses dezasseis Contratos de Emprego Inserção (CEI) são novos. Tendo o Senhor Presidente da Câmara respondido que sim, uma vez que os outros CEI já tinham terminado. -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara deu continuidade à sua explanação fazendo alusão que no ano de dois mil e dezassete as diversas Instituições de Manteigas decidiram proceder à execução de obras nos seus edifícios, que o Município irá apoiar, tratando-se de despesas de capital. Informou que a Câmara Municipal vai participar as obras executadas pela Fábrica da Igreja Paroquial de Vale de Amoreira, que gastou vinte e cinco mil euros (25.000,00), assim como a Igreja Paroquial da Igreja de São Pedro, que gastou cinquenta e cinco mil euros (55.000,00€) mais IVA. Por outro lado, verificam-se os investimentos também na Fábrica da Igreja de Santa Maria no montante de dezanove mil euros (19.000,00€) mais IVA, a AFACIDASE que são vinte e um mil e seiscentos euros (21.600,00€) mais IVA. A Santa Casa vai substituir camas no montante de oitenta e cinco mil euros (85.000,00€), sendo que a participação da Câmara será em cerca de sessenta e quatro mil euros (64.000,00€), que não estão previstos neste Orçamento porque é uma decisão posterior a este. Relativamente aos Bombeiros o Município vai apoiar em cerca cento e vinte mil euros (120.000,00€), verba que já consta em Orçamento anual e plurianual. Em suma, indicou que se for feita a soma de tudo irá verificar-se que a Câmara está a gastar muito menos consigo própria para poder acorrer e satisfazer parcialmente estas Instituições. -----

Explanou que outro exercício que foi feito em relação a este Orçamento foi comparar o Orçamento do Município com o Plano de Saneamento Financeiro e contactou-se que em relação às receitas a Autarquia tem mais um milhão cento e oitenta e dois mil euros (1.182.000,00€) do que aquilo que tinha sido previsto no Plano de Saneamento Financeiro e em relação à despesa verifica-se menos quatrocentos e cinquenta dois mil e oitocentos euros (452.800,00€), o que significa que o Plano de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Saneamento Financeiro foi cauteloso. Mesmo no que diz respeito ao Empréstimo, embora ainda não tenha reunido com a entidade bancária com quem foi realizado o empréstimo maior, disse que podia desde já garantir que iam baixar o *spread* do principal empréstimo, o que representa metade do endividamento de médio/longo prazo da Câmara Municipal de Manteigas. Por último informou que será necessário fazer a revisão Orçamental porque foram notificados para devolver o montante de cinquenta e um mil euros (51.000,00€) relativos ao CIVGLAZ. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Solicitou a palavra para prestar mais alguns esclarecimentos complementares. Referiu que há matérias que foram assimiladas no Orçamento, designadamente o apoio ao Abandono Escolar, que é um Programa específico de toda a Comunidade Intermunicipal, vai ter manifestações exteriores e são despesas correntes que o Município tem de assimilar. Explanou que a Modernização Administrativa é igual para todos os Municípios e está ligada à desmaterialização. Recordou que como era de conhecimento a Câmara Municipal de Manteigas é pioneira na desmaterialização, não ia adquirir-se mais *hardware* porque foi feita a ligação à *CLOUD*, sendo que toda a despesa já está liquidada. -----

No que concerne à Santa Casa da Misericórdia informou que o apoio para a aquisição das camas foi solicitado ao Município já após a elaboração do Orçamento, sendo que na próxima Assembleia de Fevereiro, terá que haver uma conta de transferência das despesas de capital, que não estava prevista, exatamente para considerar a verba que foi solicitada. Explicou que era necessário ter uma conta específica porque quer a Santa Casa da Misericórdia, quer os Bombeiros e um conjunto de Instituições recebem também financiamentos do Estado e como tal têm que vir no Orçamento com uma Conta específica para o efeito, por esse motivo será feita uma Revisão Orçamental, que não tem por fim aumentar nada no Orçamento do Município, será somente para calibrar e incluir a Revisão Orçamental com esta Conta específica. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares solicitou a palavra, referiu que no seguimento da intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, verificou que efetivamente o valor que estava explanado nas Grandes Opções do Plano não batia certo com o valor que está referido no Mapa anexo, que é o das Transferências das Freguesias, que não está correto. A diferença é em cerca de cem euros (100,00€).-----

----- O Senhor Vice-Presidente elucidou que no Acordo de Execução estão alocados trinta e oito mil e trezentos e cinco euros (38.305,00€), no Orçamento de dois mil e dezasseis estiveram incluídos trinta e oito mil e quatrocentos euros (38.400,00€) e no de dois mil e dezassete trinta e oito mil e quinhentos (38.500,00€), afirmou que Sameiro não tem diminuição de verbas.-----

----- O Senhor Presidenta da Junta de Freguesia de Sameiro no uso da palavra agradeceu ao Senhor Deputado Nuno Soares ter clarificado a situação porque havia efetivamente incongruências nos valores apresentados nos documentos. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se mais alguém desejava usar da palavra sobre este assunto, verificando que não havia mais inscrições colocou à votação as **Grandes**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Opções do Plano e Orçamento para 2017, tendo sido aprovados por nove votos a favor e dez abstenções.-----

Deu conhecimento que tinha chegado à Mesa da Assembleia Municipal uma declaração de voto da Bancada do Partido Socialista, que leu e que em seguida se transcreve:-----

“Declaração de Voto

À apreciação, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o Ano de 2017

No ano passado, neta mesma ocasião, quando da apreciação destas GOPO'S para 2016 referíamos-nos à verve poética da parte literária do documento que nos foi apresentado. Acrescentámos que não iríamos comemorar apenas um dia Mundial da Poesia, como nos propunha a Agenda para 2016, mas antes que teríamos um ano inteiro de pura poesia na ação. E não nos enganámos. Assim, sucedeu. Instalou-se durante mais um ano nesta terra uma apatia generalizada. Mesmo a correção urgente das fugas de água na rede e o excesso de águas residuais que por não separadas das pluviais, provocam o puro desperdício para o rio de trezentos mil euros anuais, não teve qualquer execução. E apenas estão previstos dez mil euros de obra para 2017.

Dando o benefício da dúvida aceitámos como boa a justificação de que o Programa Operacional Regional do Centro 2020 estava atrasado na apreciação e aprovação de candidaturas nomeadamente nas ações de apoio à reabilitação urbana. A Assembleia Municipal dispôs-se mesmo a formular um protesto por tal atraso junto da Presidente da Comissão Diretiva de tal programa o que foi feito em termos acordados com os Senhores Presidente e Vice-Presidente da Câmara. Afinal na resposta a tal protesto a referida Senhora Presidente informa que têm estado a apreciar esse tipo de candidaturas desde o início do segundo semestre e que na data de dois de novembro de 2016 a Câmara Municipal de Manteigas ainda não tinha apresentado nenhuma candidatura, pelo que não podia haver atraso algum. E foram tantas as recomendações de adiantar projetos de que insistentemente falámos desde o início do mandato.

As GOPO's de 2017 mantêm a verve, entendida como excesso de entusiasmo ou de energia, mas abandonam a veia poética sem, no entanto, ganharem um mínimo de credibilidade ao pretenderem fazer no ano eleitoral tudo que não fizeram nos últimos três anos. Garantem que têm um milhão e duzentos e cinquenta mil euros de fundos comunitários o que lhes permitiria fazer obra de pelo menos um milhão e meio de euros. Nunca esta maioria foi capaz de executar num ano obra de um milhão quanto mais de um milhão e meio. Afirmam que o aumento de transferências correntes, cerca de cento e quarenta e quatro mil euros, que o atual Governo já proporcionou, apesar do esforço que fez com a recuperação de rendimentos que o anterior retirou, irá ser aplicado não em despesas correntes, mas antes em despesas de capital. No entanto orçamentam a mais que o ano passado duzentos e cinquenta e cinco mil euros em despesas correntes. Será que não chega já de Festivais?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Numa palavra não nos merecem crédito estas GOPO's 2017. Nelas não acreditamos. A atual maioria do Executivo, embora sem a verve poética do ano passado, ainda seguiu a dica, que então lhe deixámos, de Fernando Pessoa: "de sonhar não nos devemos cansar". Os senhores Vereadores eleitos, na lista do PS ao garantirem o apoio a uma nova ambulância para os Bombeiros Voluntários de Manteigas, decidiram dar o benefício da dúvida e votaram favoravelmente, até porque vão ter de ser eles, ou alguém por eles, a executar o que a atual maioria não conseguiu. Agora os subscritores que não acreditam na capacidade de realização desta maioria do Executivo não poderão dar o seu voto favorável, pelo que se abstêm.

Paços do Concelho de Manteigas aos 16 de dezembro de 2016

Os Subscritores

António Manuel de Lemos Santos

Albino Saraiva Cardoso

Oriana Marina Cleto Abreu Morais

Fernanda Isento Pereira

António Miguel Aldeia Carvalho

Alfredo Serra Carvalho Marcelo

José Manuel Abrantes Lopes

Joaquim Neves Biscaia

Paulo Manuel Santos Costa

Carlos Manuel Figueiredo Viegas"

----- PONTO 3.7 -----

APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES A TOMAR EM MINUTA, PARA
-----PRODUZIR EFEITOS IMEDIATOS, DESTA SESSÃO-----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém desejava intervir sobre esta matéria, verificando que não havia inscrições propôs que se aprovasse em minuta para produzir efeitos imediatos o **ponto três dois, ponto três três, três quatro, três cinco e três seis**. Colocada à votação tal proposta foi a mesma **aprovada por unanimidade e portanto tais deliberações foram aprovadas em minuta** para produzirem efeitos imediatos.-----

-----PONTO 4.-----

-----APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL-----

----- O Senhor Presidente da Mesa deu como abertas as inscrições dos Senhores Deputados que desejassem intervir neste ponto da ordem de trabalhos, verificando a intenção da Senhora Deputada Odete Ganilha em intervir concedeu-lhe a palavra.-----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha explanou que uma vez que foi admitida a possibilidade de ser reavaliado o Festival de Outono, como tal sugeriu que o evento, que tem um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

valor alocado de quarenta e quatro mil e quinhentos euros (44.500,00€), fosse entregue a organização do mesmo a uma Associação de Manteigas, à semelhança do que acontece com a Feira Antiga, pois assim o dinheiro ficaria no concelho que tem gente capaz para desenvolver essa atividade.-----

Aludiu que tal como o Senhor Presidente da Câmara tinha dito e bem, não é um Presidente de obras, mas sim de Múncipes, por isso deixou a nota para que obras inferiores a cento e cinquenta mil euros (150.000,00€) possam ser entregues a empresários do Município. Relativamente ao Pró-emprego afirmou que não poderia pronunciar-se muito sobre a temática, por questões profissionais, no entanto declarou que não inventa e muito menos mente.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa solicitou alguns esclarecimentos relativamente a uma reunião com a Senhora Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Centro e com o Diretor da Universidade da Beira Interior (UBI). Disse que julgava tratar-se de uma reunião ocorrida antes da apresentação do Protocolo com a UBI no Ninho de Empresas. Questionou se na reunião que decorreu com a Doutora Ana Abrunhosa da CCDRC, após a apresentação desse Protocolo, houve algum desenvolvimento em concreto. -----

Referiu que relativamente à Comissão Municipal de Defesa de Floresta Contra Incêndios deve ficar agendada uma discussão mais alargada desta questão para a próxima reunião, contudo aludiu que tinha uma questão para colocar, que se prendia com o facto de nas missões do Gabinete Técnico Florestal, explanada na Informação do Senhor Presidente da Câmara, não constar nada relativo ao tratamento da floresta municipal. No âmbito do projeto *Nova Imagem da entrada da Vila Segunda Fase*, aludiu que gostaria que fosse dada uma descrição daquilo que se propõem fazer, assim como no que diz respeito ao Projeto *Manteigas de Outrora* solicitou que fossem prestadas mais informações sobre essa temática, porque em relação a esta matéria afirmou que o preocupava mais a Manteigas do Futuro do que propriamente com a Manteigas de Outrora.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra disse que antes de mais pretendia fazer uma remissiva histórica. Recordou que esta Assembleia aprovou duas Áreas de Recuperação Urbana (ARU's) e o Município enviou o PARU (Plano de Execução das Áreas de Recuperação Urbana) correspondente às ARU's para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR). Explicou que a CCDR porque deve ter muitos PARU's para analisar, até à data desta sessão não tinha ainda aprovado nenhum programa das duas ARU's. Invocou que em contrapartida o Município colocou já em uma ARU a Biblioteca Municipal, contudo antes do início desta sessão tinha assinado o despacho para a Biblioteca avançar, ainda antes do PARU estar aprovado. Referiu que a Senhora Presidente da CCDR informou o Senhor Presidente da Assembleia que o PARU ainda não estava aprovado, contudo disse ter conhecimento da aprovação do mesmo, porque houve contacto estabelecido com o Senhor Presidente da Câmara no sentido de ser interpelado se dava o seu consentimento para esta matéria ter pontuação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

[Handwritten signatures]

máxima no Plano das Áreas de Recuperação Urbana, tendo o mesmo dito que concordou. Deu conhecimento à Assembleia que após conversação com Senhor Doutor Bernardo Campos, foi-lhe dito que não se preocupasse com o PARU, porque a candidatura de financiamento da Biblioteca seria remetida para o Município para ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara, tal como tinha acontecido. Explanou que a troca de correspondência é importante e agradecia a pressão que a Assembleia terá exercido, eventualmente terá sido isso que fez o processo desenvolver com mais celeridade. -----

No que diz respeito à reunião com a Senhora Presidente da CCDR e com o pró-reitor da UBI informou que a mesma ocorreu porque os Senhores Vereadores António Fraga e Esmeraldo Carvalhinho chamaram à atenção, que este Protocolo estabelecido com a UBI era muito vago e pouco concerto. Neste contexto e tendo sido solicitado para o efeito, questionou nessa reunião na CCDR se a *RIS 3* podia abranger este Protocolo que o Município estava a estabelecer com a UBI, tendo-lhe sido dito que podia, contudo deveria dar-se maior atenção ao *Centro de Ciência Viva*, porque através desse Centro seria a melhor maneira de entrar neste processo. Explicou que a segunda reunião com a CCDR já foi sobre o futuro *Centro de Ciência Viva* para Manteigas, que foi preparado pela UBI e remetido para a Presidente Nacional relativamente a esta matéria. -----

Mencionou que estava convencido que na Fábrica do Rio irá ser criado um Centro de Ciência Viva, gostaria que fosse mais amplo e designadamente servisse já como Centro de Ciência para o Geopark Serra da Estrela, de qualquer maneira serão seis os departamentos da UBI que vão constituir o Conselho Científico do nosso Protocolo, sendo que na semana seguinte à data desta sessão iria realizar-se a primeira reunião para ser debatido o que aí será instalado e propor áreas de trabalho, desde a natureza propriamente dita, aproveitamento o exterior e interior do espaço. Concluiu que estavam a trabalhar com a UBI no sentido de dar alguma vitalidade e materialização ao Centro de Ciência Viva, tendo sido esse o objeto de assunto na reunião com a Senhora Presidente da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional.-----

Sobre a nova imagem da entrada da Vila, aludiu que vai ter um novo Posto de Turismo, que será denominado de *Welcome Center*. Tendo o Senhor Presidente da Mesa referido que a denominação não é a mais adequada para uma vila como Manteigas-----

O Senhor Presidente da Câmara prosseguiu dizendo que era muito defensor da língua portuguesa, contudo estes vocábulos são estrangeirismos que já entraram no discurso linguístico dos portugueses, inclusivamente esta era a melhor forma de dar as boas vindas, quando atualmente a maior parte dos nossos visitantes em Manteigas são internacionais. Mencionou que na nova imagem da entrada vila está ainda previsto terminar de preencher aqueles espaços que ainda estavam vazios, com os painéis de fotografias emblemáticas do concelho. Disse que caberá ainda o arranjo do passeio que vem desde o Posto de Turismo, em que será feita a adaptação da zona do cruzamento, assim como o passeio que vem até à Caixa de Crédito Agrícola. Alegou que está a preparar-se todo o processo para a futura Praça da Vila e relativamente a este último



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

assunto informou que vai ser aberto um concurso para apresentação de ideias para o efeito, admitindo que possivelmente durante o mês de março já estará encerrado este processo. Em suma proferiu que há todo um conjunto de melhorias que têm de ser executadas, no sentido de se fazer da *Porta de Entrada da Vila* uma espécie de câmara de sala de visitas de Manteigas. -----

No que concerne à Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios existe um Plano de Ação que teve a última reunião há cerca de três semanas antes da data desta sessão, onde foram feitos todos os considerandos naturais de uma floresta como a nossa. Informou que tiveram a oportunidade de colocar as questões às entidades que estiveram presentes, deram nota de quais eram as intenções desta Comissão, assim como os desejos e preocupações relativamente ao Plano. Considerou que tudo está encaminhado em conformidade com a aquilo que a legislação preconiza sobre esse efeito. Explanou que o Gabinete Florestal da Câmara Municipal de Manteigas não só acompanha todo o processo da Floresta da Câmara, como de toda a floresta do concelho e portanto compete-nos a nós fazer um Plano de Ação, que já foi equacionado. -----

Relativamente à *Manteigas de Outrora* disse que no seu ponto de vista quem não tem história não tem presente, quem não tem presente não tem futuro e não há futuro sem haver uma história devidamente qualificada, contada, memorada, independentemente de pensarmos que Manteigas tem que olhar para futuro. Invocou que há um passado de Manteigas que não agrada a ninguém, designadamente a perda de postos de trabalhos que infelizmente ocorreram, por razões que a si não lhe cumpriam na medida em que não era empresário para dar emprego, o que é facto é que do passado cada um se pode lamentar ou criticar. No que diz respeito ao futuro já tinha sido dito nesta sessão e frisou que não estava a fazer nenhuma promessa porque não dependia de si, mas num Município com três mil e setecentas (3700) pessoas, passar a ter mais cento e cinquenta camas é benéfico para o concelho, porque fecha-se um circuito que é haver turismo, sobretudo porque trata-se de uma cadeia internacional que procura Manteigas. -----

Para além disto estão a ser feitas obras na Pousada, por um empresário que já deu nota em Manteigas que é uma pessoa interessada e quer promover o concelho. Declarou que tudo isto é futuro, contudo um futuro que não tenha em atenção o passado e o passado de Manteigas tem a riqueza que tem, porque Manteigas não tem monumentos, nem castelos, nem muralhas, mas tem um passado e tem que pensar-se nele, até porque o Município tem o Cartão do Idoso, que neste momento já conta com uma centena de pessoas inscritas e esse é um repositório que se pretende colocar neles. Referiu que o concelho tem um conjunto de idosos ainda com grande qualidade e capacidade de nós transportar do passado até hoje e de hoje para o futuro, porque quem não se enobrecer com o seu passado não pode de maneira nenhuma defender a fundação do futuro. Aludiu que esta recolha do passado será realizada com o apoio dos nossos idosos, através daquilo que eles nos vão dar e transmitir. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse que acreditava que a Fábrica do Rio, ao contrário de algumas vozes dissonantes, irá ter futuro, porque vai ter seis departamentos da UBI, entre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

[Handwritten signatures]

Engenharia, Ciências do Desporto, as Energias Renováveis, embora fosse evidente que seria de todo conveniente que fosse considerado um Centro de Ciência Viva. Explanou que caso não fosse desta forma a Fábrica do Rio tornar-se-ia um *elefante branco*, ficava apenas com a energia renovável e pouco mais viria a ter. Neste sentido, indicou que esta ligação com a UBI é boa para as duas partes, a Universidade fica no terreno e Manteigas fica ligada a uma entidade que é insuspeita relativamente à qualificação. Face ao exposto considerou que o que foi dito de não ter esperança e deste executivo não criar empresas em Manteigas, cai nitidamente pela raiz a menos que sejamos daquelas pessoas que acham que aquilo que é bom não presta e as pequenas coisas más, que todos têm, é que devem criar o nosso dia-a-dia e a nossa forma de fazer política nesta casa. Afirmou que não acreditava que assim fosse, declarou que Manteigas tem futuro. -----

-----PONTO 5.-----

-----APRECIAÇÃO DE QUALQUER OUTRO ASSUNTO DE INTERESSE PARA O CONCELHO-----

----- O Senhor Presidente da Mesa deu como abertas as inscrições dos Senhores Deputados que desejassem intervir neste ponto da ordem de trabalhos, verificando a intenção do Senhor Deputado António Miguel em intervir concedeu-lhe a palavra.-----

----- O Senhor Deputado António Miguel recordou que relativamente à Associação Manteigas Solidária tinha ficado sem resposta, reafirmou que era a única coisa que exigia saber, se de facto a Associação Manteigas Solidária existe e deve existir porque são transferidos fundos da Câmara Municipal para a dita Associação, contudo teve conhecimento que há mais de seis anos que ela não reúne, logo se isto acontece tinha a firme certeza de que não cumpre a legalidade.-----

Explanou que o Senhor Presidente da Câmara não tinha percebido a sua intervenção quando falou das quatro obras que se prevê fazer ou iniciar neste mandato. Afirmou que as obras são benéficas, necessárias e concordava com as mesmas, contudo não atraem ninguém a Manteigas e não criam postos de trabalho. No que concerne às cerca de cento e cinquenta camas novas que vão ser criadas em Manteigas, é uma boa notícia, mas isto não basta. Declarou que já tinha publicado no facebook que isto será a notícia da década em Manteigas, porque só da Vila Galé estaremos a falar de trinta a quarenta postos de trabalho, contudo também era preciso que tudo à volta do Hotel melhore, não basta ter o Hotel para as pessoas virem cá dormir e irem-se embora, porque a única vantagem para a economia local serão os postos de trabalho ali criados. Alegou que a Câmara não tem que fazer tudo, mas tem de criar condições para as pessoas virem a investir, não é com a velha história que tinha acontecido consigo das rendas que não eram suas e que lhe foram imputadas, disse que inclusivamente o verdadeiro devedor assumiu finalmente que a dívida era dele e caso não tenha ainda pago a dívida estará em vias de o fazer. -----

No que diz respeito à situação do Hugo Miguel Estrela Lopes aludiu que a sua questão foi muito concreta, perguntou porque é que não foi aceite um plano de pagamentos? Existe uma dívida para com a Câmara Municipal, sendo o Regulamento omissivo quanto a isso, na sua opinião podia o assunto ser levado a reunião de Câmara, como aconteceu em situações análogas. Informou que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

o Senhor Vice-Presidente, entretanto tinha-lhe feito chegar um documento sobre o prazo médio de pagamento. Declarou que não tinha dúvida nenhuma do que aí estava explanado, explicou que não tinha dito que mentiram na publicação que fizeram no facebook, a questão é que não dando entrada das faturas podem estar três anos a dever ao fornecedor e depois pagarem nos últimos dez dias. -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara esclareceu que não há fatura que seja registada depois de dez dias de ter dado entrada na Câmara. Portanto o que tinha sucedido no caso do Senhor Deputado António Miguel é que certamente não seria uma fatura que entregou no Município. -----

----- O Senhor Deputado António Miguel indicou que não era fatura, tinha entregue as senhas, conforme lhe tinha sido solicitado, três dias após o fim da Feira Antiga, posteriormente a Câmara enviou a requisição e depois este passou a fatura, nesse tempo decorreram três meses, o que considerou ser essa a estratégia.-----

Referiu que o rasgo que foi feito na Estrada Nacional 232, perto do Jardim da Vila, para passagem da conduta de água, já causou bastantes danos. Aludiu que a partir do momento em que executaram as obras de passagem da conduta de água o rasgo que ficou na Estrada tem que ser resolvido. A verdade é que segundo consta cinco carros já rebentaram aí os pneus e jantes, portanto já houve danos materiais e se há responsabilidade ela recai sobre quem solicitou autorização para a passagem da conduta, como tal o Município tinha de pressionar essa pessoa a resolver o problema de uma vez por todas.-----

Por último fez alusão que o Senhor Presidente da Câmara tinha indicado na sua intervenção que o decréscimo de emprego em Manteigas nada tem que ver com a Câmara Municipal, nem é da responsabilidade do Senhor Presidente da Câmara. Declarou que era um facto que houve um aumento do desemprego, mas isso ocorreu em todos os lados, a questão é que não podemos ter dois pesos e duas medidas, não podemos dizer quando há desemprego que nada temos a ver com isso e depois vamos tentar cavalgar quando ele vai aparecer, situação que lhe parecia que viria a acontecer ao longo do ano de dois mil e dezassete. -----

----- O Senhor Deputado José Lopes solicitou a palavra, disse que concordava com o Senhor Presidente da Câmara no que diz respeito ao passado, mas fazia votos que este novo projeto que perspectiva trazer maior capacidade hoteleira a Manteigas, não seja como o outro projeto do Costa Pais, em que Manteigas esteve à espera muitos anos por essas camas e os próprios indivíduos que compraram o terreno não cumpriram inclusivamente com as mais-valias e os manteiguenses foram os grandes prejudicados nisso.-----

----- A Senhora Segunda Secretária da Mesa no uso palavra referiu que no seguimento de se ter falado nesta sessão da informação que vinha da Câmara e também a propósito da intervenção do Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho, disse que tinha apenas um reparo a fazer a si mesma, porque apesar de ter a ideia correta não a tinha transmitido da forma exata. Explanou que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

o que queria ter dito e não disse e por isso proferia neste momento, é que as deliberações na Câmara quando são reduzidas a minuta e de seguida é realizada uma Reunião da Assembleia, essas deliberações não trazem a Ordem de Trabalhos e deveriam de trazer, porque assim fornece um contexto da reunião, o que é importante, em vez de terem somente acesso a uma decisão singela.-----

Deu como exemplo o caso que aconteceu aquando da deliberação do Saneamento Financeiro, em que este órgão deliberativo aprovou o pedido de Saneamento Financeiro sem que a documentação tivesse chegado por inteiro aos seus membros, foi aprovado o pedido de Saneamento Financeiro com base numa folha que apenas continha um parágrafo, de uma decisão do Tribunal de Contas. Aludiu que posteriormente tinha constatado, porque a informação chegou após o seu pedido, que a informação sobre essa temática era muito mais que esse parágrafo da decisão do Tribunal de Contas. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria solicitou a palavra indicou que a sua intervenção se prendia com dois assuntos. Aludiu que o primeiro será uma sugestão construtiva no âmbito do que já tinha sido referido no ponto dois três da Ordem de Trabalhos, quando a Senhora Segunda Secretária da Mesa explanou sobre a cancela de São Sebastião. No seu ponto de vista devia de haver informação de que a estrada está encerrada a cerca de quinhentos a mil metros antes da cancela, porque no local onde a cancela fecha a estrada tem um espaço muito reduzido, eventualmente uma viatura ligeira ainda que com alguma dificuldade, mas consegue inverter a marcha, caso diferente já ocorre se for um veículo pesado que certamente já não conseguirá fazer a manobra. -----

Questionou o órgão executivo através da pessoa do Senhor Presidente da Mesa, no âmbito do projeto para a Fábrica do Rio e do Protocolo que foi assinado com a UBI se já há alguma estimativa de quantos postos de trabalho poderão ser ocupados, quem é que vai fazer o recrutamento, se poderá ser considerado o fator residência de modo a fixar jovens. Declarou que efetivamente há a necessidade de não deixar fugir os jovens de Manteigas criando oportunidades de emprego. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares pediu a palavra referiu a *Turistrela*, que é a entidade responsável e que tem uma concessão quase *ad aeternum* para o nosso território, tem um plano de mobilidade para a Torre que foi apresentado no último mês de setembro, numa conferência realizada no auditório da Torre, com a organização da Assembleia Intermunicipal da CIM BSE, que já tinha sido avocada na última Assembleia Municipal. Explanou que nessa altura ainda não detinha a documentação que agora tinha em sua posse. Considerou que caso este Plano venha a ser executado, o que tinha algumas dúvidas quanto a isso, contudo o que este Plano preconiza é a criação de parques de estacionamento, nomeadamente no Covão do Ferro, na Lagoa Comprida e em Alvôco da Serra, sendo que a partir daí o transporte para a Torre é feito através de meios mecânicos. Informou que a *Turistrela* se propõe já em dois mil e dezassete fazer um investimento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

na ordem dos dez milhões e quinhentos mil euros (10.500.000,00€), para executar uma ligação de dois quilómetros e duzentos metros a partir do Covão do Ferro para a Torre, através de telecabine com a capacidade hora de mil pessoas. No ano de dois mil e dezoito pretendem fazer uma segunda ligação a partir da Lagoa Comprida, numa extensão de três quilómetros e quatrocentos metros, também com telecabine, com a capacidade de seiscentas pessoas por hora. Em dois mil e dezanove haverá uma terceira ligação a partir de Alvôco da Serra, esta com duas secções, uma primeira secção através de um vaivém com capacidade para cento e vinte pessoas por hora e uma telecabine com capacidade para mil e quatrocentas pessoas por hora. Referiu que em suma isto dará um investimento programado na ordem trinta e quatro milhões e trezentos mil euros (34.300.000,00€). -----

Aludiu que a primeira razão de preocupação é que nenhuma das ligações possíveis tem ramificação para Manteigas e a Covilhã terá duas ligações, ou pelo menos duas ligações estão na sua área de influência e a outra será para o lado Norte, portanto não haverá nenhuma derivação para as Penhas da Saúde, o que daria mais alguma facilidade para Manteigas, porque a ligação do Covão do Ferro fica já bastante mais abaixo do que as Penhas da Saúde. Indicou que tinha muitas dúvidas na exequibilidade do projeto da forma como está concebido. Explicou que daquilo que verificou da informação que vem neste Plano, que não é muito detalhada tem basicamente as linhas gerais do projeto, a intenção é fazer na Torre uma mega estância de Ski com cinquenta quilómetros de área esquiável. -----

Declarou que sinceramente ou não conhecia a Torre ou não via onde é que se conseguem meter estes cinquenta quilómetros de área esquiável. Na sua opinião havia alguma megalomania nesta ideia, mais do que um projeto poderá ser um sonho com pouca aderência à realidade, sendo que alguns dos pressupostos que constam neste documento que foi distribuído pela CIM, no seu ponto de vista não lhe pareciam minimamente corretos. Explicou que a ideia seria facultar o máximo possível de acesso à Torre e nesse ponto julgava que ninguém é contra, todos gostariam de ter mais gente na Torre, com maior capacidade de circulação, não por carro mas por outras formas, porque não só permitiria ter maior retorno económico como também menos impacto ambiental, o que é um aspeto positivo, mas a forma como o projeto está concebido levanta-lhe as maiores dúvidas.-----

A título de exemplo referiu que a ligação de Alvôco da Serra para Torre, no primeiro percurso de três quilómetros e trezentos metros é feito por vaivém, que só tem capacidade para levar cento e vinte pessoas por hora, mas depois a telecabine leva mil e quatrocentas pessoas por hora, com telecabines de seis lugares. Declarou que não conseguia perceber como é que vão alcançar isto, ou vão ter quatro ou cinco linhas em simultâneo a funcionar ou não via como é que uma linha de telecabines consegue fazer isto. Por outro lado o funcionamento também não está planeado para o ano inteiro, será para funcionar entre um de dezembro e trinta de abril, na altura que teoricamente haverá neve e depois de quinze de julho a quinze de setembro. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Questionou se a Câmara tem conhecimento deste projeto da *Turistrela* e chamou à atenção para o facto de que se isto algum dia tiver alguma exequibilidade, Manteigas terá que pensar numa forma de integrar este projeto ou poderá vir a ser de impacto negativo para o concelho. Salientou que a sua preocupação é apenas que Manteigas não fique prejudicada em relação à Covilhã e a Seia.-----

----- O Senhor Deputado Carlos Ferrão solicitou a palavra cumprimentou todos os presentes desejando um Bom Natal, explanou que a sua intervenção prendia-se precisamente com a questão da neve em Manteigas. Considerou que em termos de segurança os Planos da Serra não estão a funcionar, isto porque no último nevão, no seu trajeto pela serra verificou que ia uma carrinha à sua frente, provavelmente o condutor não deveria ter grande experiência em conduzir em condições atmosféricas de queda de neve e teve um acidente perto da zona da Fonte da Jonja, que poderia ter sido bastante grave. Relatou que logo em seguida ele próprio ligou para o 112, para a Brigada de Montanha, para o Centro de Limpeza de Neve e tiveram que esperar quase uma hora que alguém chegasse junto deles, disse que curiosamente quem chegou primeiro foi o reboque.-----

Referiu que gostava que houvesse algum Plano nestas situações, à semelhança do que acontece com os incêndios em que existem até os piquetes. Aludiu que hoje em dia é mais fácil fazer uma previsão de mau tempo do que propriamente prever um incêndio, considerou que não serão assim tantos os meios necessários, para que perante uma previsão de condições atmosféricas adversas não se possam colocar as autoridades de prevenção.-----

Explanou que o sucedido dá uma péssima imagem para as pessoas que não são de Manteigas. Informou que quando a GNR de Montanha chegou junto deles foi-lhes comunicado que a demora no socorro devia-se há existência de estarem a ocorrer muitos acidentes na zona da Torre e não tinham capacidade para ir a toda a gente, considerou que contudo uma hora ali à espera é demasiado tempo sem aparecer uma autoridade de socorro.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa foi interpelado pela Senhora Julieta Lopes que pediu a palavra, justificando que não interveio no ponto um da Ordem de Trabalhos, que se destina às Intervenções do Público, por não ter conseguido chegar a esta sessão da Assembleia Municipal atempadamente, por razões que não lhe eram imputáveis. -----

Neste contexto o Senhor Presidente da Mesa aludiu que não era normal esta Assembleia conceder a palavra aos Municípes fora do período que lhes é destinado a intervirem, mas como considerou plausíveis as razões apontadas pela Muniçipe, questionou a Mesa e os Senhores Deputados se viam algum inconveniente em ser concedida a palavra à Senhora Julieta Lopes, não tendo nenhum dos Senhores Deputados levantado qualquer obstáculo, foi autorizada a intervenção da Muniçipe neste ponto da Ordem de Trabalhos e concedida a palavra à mesma.-----

----- A Senhora Julieta Lopes informou que a sua intervenção prendia-se com o facto de possuir uma garagem na sua habitação em Manteigas, que devido a uma levada que atravessa o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

caminho junto à sua residência, tem vindo a sofrer sucessivas infiltrações de água. Aludiu que este problema já tinha sido exposto na Câmara Municipal pelo seu falecido marido, há cerca de três anos atrás e até ao momento o problema ainda não tinha sido sanado. -----

Relativamente a outro assunto, referiu que saiu de Manteigas há cerca de trinta e cinco anos para ir trabalhar para a Suíça, como tal não estava a par da vida política de Manteigas, contudo desde que regressou a Portugal tinha verificado que tanto Manteigas como Portugal estão muito atrasados relativamente à Suíça, isto porque o Posto Médico não tem condições a nível de equipamentos, que permitam fazer um diagnóstico eficaz da patologia que um determinado paciente está a sofrer. A título de exemplo referiu que o seu marido tinha dado entrada nas Urgências de Manteigas, foi-lhe diagnosticada uma indisposição quando estava a ter um enfarte do miocárdio, isto porque o Posto Médico não tinha os meios necessários de diagnóstico para poder socorrer a vida das pessoas. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra elucidou a Muniçipe que os assuntos que tinha trazido à colação eram da competência da Câmara Municipal e deveriam ser expostos na sessão de Câmara que é aberta ao público. Disse a Senhora Julieta Lopes que não deveria elevar tanto a Suíça em detrimento de Portugal, porque o povo da Suíça tem uma atitude bastante sobranceira em relação aos imigrantes, sendo que em Portugal verifica-se mais fraternidade do que na Suíça. -----

----- A Senhora Julieta Lopes declarou que em trinta anos que viveu na Suíça nunca tinha sofrido qualquer discriminação por parte desse povo e sempre tinha tido trabalho fixo. Indicou que por outro lado estava habituada a fazer desporto, designadamente natação e quando regressou a Manteigas verificou que para continuar a praticar esse desporto tinha que deslocar-se à Covilhã ou à Guarda, porque Manteigas não tem uma piscina coberta para as crianças que estão a crescer e para os pais dessas crianças frequentarem as piscinas com os filhos, afirmou ser uma vergonha.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu a intervenção da Muniçipe e verificando a intenção do Senhor Deputado José Novo de Matos em intervir concedeu-lhe a palavra.-----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos referiu que a sua explanação ia no sentido da intervenção do Senhor Deputado Nuno Soares. Informou que há trinta anos, mais precisamente em mil novecentos e oitenta e seis tinha participado de um projeto muito interessante de desenvolvimento integrado desta Serra para evitar os desperdícios que havia em sal-gema, em que se gastavam toneladas, o que era uma enorme agressão para o meio ambiente. Aludiu que já nessa altura se colocava o problema de as pessoas ficarem impossibilitadas de fazerem desportos de montanha com neve, nem que fosse o simples “Sku”, porque sempre que havia um nevão fechava a estrada e ninguém podia ir à Serra. Por estes motivos alegou que foi criado um projeto estruturado. Explanou que caso toda a montanha fique cortada a nível das Penhas da Saúde e do outro lado da Lagoa Comprida, a Serra não fica com cinquenta quilómetros de pista



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

[Handwritten signatures]

esquiável, mas fica com centenas de hectares de neve utilizável. Aludiu que temos Covões lindíssimos, como o Covão de Unhais, o Covão de Loriga, o Covão de Alvôco, com pistas que podem ser classificadas, podem-se fazer coisas espetaculares para trazer cá turistas que queiram fazer Ski, contudo não se faz coisa nenhuma, já há trinta anos não se fazia, quando se queria fazer Ski ia-se para Espanha e assim continua a ser, o que considerou ser um desinvestimento dos nossos recursos.-----

Explicou que independentemente da parte ambiental que tinha esse projeto, que era preservar da agressão terrível das toneladas de sal que entravam nas raízes destas plantas, porque não nos podemos esquecer que isto é um Parque Natural, para além disso o que era mais importante era toda esta economia ser sustentada pela criação de riqueza das populações envolventes e os concelhos envolvidos eram todas as populações em volta deste círculo. Referiu que pretendiam concentrar o máximo de pequenas Pousadas, coisas muito simples como cabanas de monte, no sopé da montanha, dentro da Vila de Manteigas, dentro de Unhais, mas as pessoas ficavam sempre na base e caso quisessem ir para a montanha, ficavam nos hotéis, nas pensões, tudo isso tinha a pretensão de desenvolver todas estas localidades. Referiu que foi um projeto que demorou anos a fazer, teve até o aval do Ministro dos Transportes. -----

Afirmou que esse Projeto era lógico e era positivo, e porque as pessoas têm que circular de um lado para o outro da montanha implicava a construção do tal túnel de quatro quilómetros com outro sub-túnel, mas tudo isto tinha de ser programado pelo desenvolvimento global quer de Manteigas quer de todas estas terras envolventes. Explanou que o Projeto era algo bastante grande, mas que tinham provado que era exequível e economicamente rentável, contudo tudo isto perdeu-se nos gabinetes dos Ministros há trinta anos. Declarou que a ideia que a *Turistrela* está agora a apresentar é uma ideia estereotipada, muito limitada e só projetada para um concelho ou dois, para ser só a Covilhã e Seia ou Covilhã e Gouveia. Aludiu que em nada tinha a ver com o projeto que tinha sido apresentado há trinta anos, esse sim era um projeto com cabeça, mas que implicava muita coisa.-----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro aludiu que um dos pilares do Programa 2020, que visa o o desenvolvimento das áreas rurais passa precisamente por aquilo que o Senhor Deputado José Novo de Matos tinha explanado na sua intervenção. -----

----- O Senhor Deputado José Lopes solicitou a palavra, questionou o Senhor Deputado José Novo de Matos, há quantos anos tinha estado em Manteigas pela primeira vez. Tendo o Senhor Deputado José Novo de Matos indicado que tinha sido há trinta e seis anos. Neste contexto o Senhor Deputado José Lopes referiu que desde essa altura até à presente data, tirando algumas casas novas que foram construídas e outras remodeladas, Manteigas não conheceu nenhum progresso, tem tido apenas retrocesso, porque as pessoas não têm capacidade para darem volta à situação. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa indicou que na sua opinião as considerações que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Senhor Deputado Nuno Soares expôs na sua intervenção foram oportunas, nomeadamente no que concerne às telecadeiras para a Serra. Disse que tinha conhecimento que na semana seguinte à data desta sessão ia decorrer uma reunião para apreciarem as conclusões sobre esta matéria. Considerou que o Município não deverá ter à partida uma posição contrária às telecadeiras, porque no seu ponto de vista este projeto nunca vai ser executado, dado que nem sequer está devidamente estudado. A título de exemplo referiu que uma telecadeira a ser colocada do Covão do Ferro para a Torre, caso se verifique uma mudança repentina da meteorologia, todos ficam retidos lá em cima o que disse ser uma situação bastante gravosa. Por outro lado da Lagoa Comprida para a Torre é exatamente a zona mais ventosa da Serra.-----
Referiu que na sua perspetiva Manteigas não necessita de se preocupar muito com este projeto, devia apenas invocar que o assunto tem de ser devidamente estudado, para não se precipitarem com telecadeiras que depois não funcionam, como já aconteceu no passado, mas de qualquer modo não devíamos de ter uma posição contra, porque se realmente alguém quer aproveitar aquele Planalto na Torre tem que encontrar outra forma de acesso que não aquela. De fazer o Parque de Estacionamento porque efetivamente acontece por diversas vezes haver centenas e centenas de carros na Serra, mas como não há estacionamento junto à Torre ninguém consegue usufruir da neve, com exceção daquelas pequenas pistas de ski. Explanou que a sua ideia é que se deviam aproveitar os parques de estacionamento que estão nos Piornos e na Lagoa Comprida, uma vez que já foram construídos para esse fim e nunca foram usados, por outro lado considerou que a Autoridade Rodoviária, quando cai neve na Serra, deve determinar o encerramento da estrada, ficando apenas aberta para a circulação de viaturas de serviço e para os tais mini-bus que servem perfeitamente para levar as pessoas à Torre e portanto resolvia-se o problema com uma via de serviço, evitando gastarem-se as toneladas de sal que se gastam atualmente para tirar toda aquela neve.-----

Aludiu que Manteigas tinha um interesse soberano em que realmente fossem utilizados aqueles dois parques de estacionamento que já existem, com um serviço de mini-bus. Indicou que tinha ouvido pela primeira vez o Senhor Presidente da Câmara da Covilhã, na reunião que houve sobre coesão do interior, em que admitiu um transporte público pendular entre os Piornos e a Lagoa Comprida. Abrindo apenas uma via para os serviços técnicos e de segurança, seria um décimo da neve que é necessário retirar, do que aquela que é hoje necessária para permitir que cerca de quinhentos ou seiscentos carros tenham estacionamento na Torre. Frisou que era da opinião que Manteigas devia defender firmemente essa situação sem ser contra o projeto das telecadeiras e realçar a ideia que a Autoridade Rodoviária deve fechar as estradas quando não há condições. Para além daquilo que se iria poupar com o Centro de Limpeza de Neve, o mais importante é que se podia usufruir do planalto da Torre de uma forma ambientalmente mais correta e sem as confusões de tráfego automóvel que atualmente se verificam. Há muitos interesses instalados, que estão a impedir esta solução, mas haveria que esclarecer tais interesses que ninguém teria



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

nada a perder com uma Torre mais liberta de carros e poluição.-----
 ----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria no uso da palavra aludiu que a questão levantada pelo Senhor Deputado Nuno Soares é pertinente e concordava com o que tinha sido explanado. Alegou que nos últimos anos o que se tem visto em relação à Torre é que foi desvirtualizada, apenas vigoram os interesses comerciais e qualquer dia a “*galinha dos ovos de ouro deixa de dar ovos*” e depois não temos interesse nenhum em visitar esse espaço. Explanou que tudo o que aí seja feito, deve sê-lo sempre com o máximo de cuidado, defendendo acerrimamente aquele património, porque caso contrário qualquer dia nem teleférico, nem estradas, nem neve temos. Afirmou que o que tem sido feito nos últimos anos na Torre é em proveito de quem tem a concessão daquele espaço, que só vê cifrões. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer que no que concerne à questão levantada sobre o processo que a Câmara tem com a UBI permitir ou não postos de trabalho, explicou que o processo está ainda em fase de génese, desconhecendo se vai haver emprego, para já é um conjunto de professores da UBI que estarão neste processo com o Município, ainda nem está constituído o conselho científico, portanto sobre essa matéria ainda não podia prestar mais informações.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa verificando que não havia mais inscrições para intervir neste ponto da ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar deu a sessão por encerrada às dezanove horas do dia dezasseis de dezembro do ano de dois mil e dezasseis. Desta sessão foi lavrada a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia e pelos Senhores Secretários da Mesa.-----

----- O 1º Secretário -----

----- Albino Saraiva Cardoso -----

----- A 2ª Secretária ----- O Deputado em Substituição -----

----- Oriana Marina Cleto Abreu Morais ----- Daniel António Quaresma Costa -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

